

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Lucas da Silveira Oliveira

**DEMOCRACIA E ELEIÇÕES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2006**

Santa Maria, RS
2018

Lucas da Silveira Oliveira

**DEMOCRACIA E ELEIÇÕES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2006**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Sociais, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM), como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais

Aprovado em 17 de julho de 2018:

José Carlos Martines Belieiro Júnior, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Cleber Ori Cuti Martins, Dr. (UFSM)

Elisandro Roath do Canto, Me. (UFSM)

Santa Maria, RS
2018

DEMOCRACIA E ELEIÇÕES NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2006

DEMOCRACY AND ELECTIONS IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE PRESIDENTIAL ELECTIONS OF 1994 TO 2006

Lucas da Silveira Oliveira¹, José Carlos Martines Belieiro Júnior²

RESUMO

O sistema partidário brasileiro nos apresenta um histórico que chama a atenção pelas alterações que sofreu durante sua história recente, marcada por crises, interrupções, descontinuidade e uma grande dificuldade de consolidação. Os partidos por sua vez, sofreram com esses movimentos durante a história, a falta de um sistema consolidado e a falta de uma identificação, seja ela ideológica ou não, levaram os partidos a se reinventarem a cada crise ou interrupção. Com o presente artigo, chegaremos aos processos eleitorais pós regime militar, que pendurou por mais de vinte anos com o bipartidarismo, para um sistema multipartidário que abriu novamente as portas para emergência de novos partidos dissidentes de ARENA e MDB. Mesmo com o fim do bipartidarismo e o crescimento no número de legendas no Brasil, a emergência de dois partidos fundados na década de 1980, PT e PSDB, hegemonizaram as disputas eleitorais a partir de 1994, depois de um conturbado processo de impeachment contra o primeiro presidente pós regime militar, eleito em 1989 pelo voto direto. A chamada polarização das eleições no Brasil estava consolidada com os dois partidos que surgiram de dissidências do bipartidarismo. Apresenta-se neste artigo um breve resgate histórico do sistema partidário brasileiro, até as motivações que levaram a polarização e as mudanças no eleitorado, nos cenários e contextos eleitorais dos principais representantes dos partidos que dividiram palanques nas 'Diretas Já', anos antes, portanto, o objetivo do trabalho é demonstrar que o sistema partidário brasileiro após a sua reorganização depois de um regime bipartidário, se consolidou em 1994 e com a teoria do Neo-Institucionalismo da escolha racional, mostrar que os partidos são centrais nas arenas decisórias do país e para além disso, que o presidencialismo de coalizão reforça a ideia de que a tomada de decisão das instituições partidárias, é pautada pela competição, interesses, interação social, jogos de poder e persuasão.

Palavras-chave: Sistema partidário; Política; Partidos; Polarização; Eleições.

ABSTRACT

The Brazilian party system presents us with a history that draws attention to the changes it has undergone during its recent history, marked by crises, interruptions, discontinuity and a great difficulty of consolidation. The parties in turn suffered from these movements throughout history, the lack of a consolidated system and the lack of identification, whether ideological or not, led the parties to reinvent themselves in each crisis or interruption. With this article, we will arrive at the electoral processes after the military regime, which hung for more than twenty years with bipartisanship, for a multiparty system that again opened the doors for the emergence of new ARENA and MDB dissident parties. Even with the end of bipartisanship and the growth in the number of legends in Brazil, the emergence of two parties founded in the 1980s, PT and PSDB, hegemonized electoral disputes from 1994, after a troubled process of impeachment

¹ Aluno: Acadêmico de Ciências Sociais – UFSM.

² Orientador: Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais da UFSM, área de Ciência Política.

against the first president of the military regime, elected in 1989 by direct vote. The so-called polarization of the elections in Brazil was consolidated with the two parties that emerged from dissent from bipartisanship. This article presents a brief historical rescue of the Brazilian party system, to the motivations that led to the polarization and changes in the electorate, in the scenarios and electoral contexts of the main representatives of the parties that divided leagues in the ', the objective of the paper is to demonstrate that the Brazilian party system after its reorganization after a bipartisan regime, consolidated in 1994 and with the theory of Neo-Institutionalism of rational choice, show that the parties are central in the decision-making arenas of the country and in addition, that coalition presidentialism reinforces the idea that the decision-making of party institutions is based on competition, interests, social interaction, games of power and persuasion.

Keywords: Party system; Policy; Parties; Polarization; Elections.

1 INTRODUÇÃO

Os partidos políticos no Brasil existem há mais de 160 anos, sem que nenhum deles tenha na sua história, uma vida duradoura no sistema partidário. A tradição do Brasil em relação ao sistema partidário não tem a mesma estrutura de partidos já centenários como nos Estados Unidos com Democratas desde 1790 e Republicanos desde 1837, isso por ter explicação em uma falta de enraizamento dos partidos na história do país e sua relação com a sociedade. Um sistema que futuramente passaria por algumas crises também pela falta de institucionalização, tanto na sua relação com o Estado, quando com a sociedade. Os partidos passaram por diversas mudanças, fazendo com que os mesmos se reinventassem a cada mudança brusca ocorrida no “amórfico” sistema partidário brasileiro, como bem definiu Souza (1983), é impossível “de se compreender o ‘amorfismo’ partidário brasileiro sem nos indagarmos sobre o efeito diluidor exercido pelo Estado” (p. 42).

1.1 ORIGEM DOS PARTIDOS NO BRASIL E OS PARTIDOS REGIONAIS NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Exemplos como a Proclamação da República em 1889, que limou os partidos monarquistas, a Revolução de 1930 que tirou de cena os partidos republicanos, em 1937 a 1945 com o Estado Novo que determinou a inexistência de partidos de qualquer natureza e o Regime Militar de início em 1964, durando mais de vinte anos que determinou a experiência bipartidária no país, deixando na clandestinidade muitos partidos e polarizando a disputa MDB Vs. ARENA. Mesmo com a Proclamação da República de 15 de novembro de 1889, surgiram os

partidos regionais no país. O PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRR (Partido Republicano Rio-grandense) como principais forças regionais no sistema partidário brasileiro que se reestruturava mais uma vez. Esse surgimento de partidos controlados por lideranças locais cada estado e região, implicou em uma consequente prática cada vez mais consolidada do coronelismo. Voto de cabresto, manipulações nos resultados de eleições, eram práticas muito comuns por chefes regionais (coronel, cabo-eleitoral e curral-eleitoral). Mesmo com o princípio básico do sistema republicano sendo o de rotatividade de cargos e suas funções a oposição também era impedida de participar do processo eleitoral de forma legal, ou seja, os grupos já dominantes continuavam no poder sem dificuldades.

1.2 PARTIDOS IDEOLÓGICOS E CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO – O ESTADO NOVO (1937-1945)

O Brasil não fugiu à regra e grupos políticos adotaram formas consideradas extremistas que tomaram uma proporção maior depois da Primeira Guerra Mundial. Ideologias como o comunismo inspirado na 3ª Internacional de Moscou, na Rússia, e o fascismo inspirado no Movimento Fascista Italiano de Mussolini. As consequências foram a fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) em 1922 com liderança de Luís Carlos Prestes; em 1932 a AIB (Ação Integralista Brasileira) liderada por Plínio Salgado.

Os dois partidos fizeram frente ao governo de Getúlio Vargas, tentando por meio de um golpe, em momentos distintos da história. O PCB articulando a ANL (Aliança Nacional Libertadora) na fracassada Intentona Comunista de 1935; a ANL assaltou o Palácio do Catete, então sede do poder executivo no Rio de Janeiro em 1938, com o objetivo de derrubar o Estado Novo que os tirava completamente do jogo político brasileiro.

De acordo com Souza (1983, p. 105-106):

[...]de que maneira se entrelaçam e interagem o legado e as novas criações: que contradições e incongruências resultam de sua associação. O advento do pluralismo partidário, das eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Constituição de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada por um sistema de interventorias, por um arcabouço sindical cooperativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado.

1.3 PERÍODO POPULISTA (1945-1964)

Durante o Estado Novo, os partidos foram completamente proibidos de exercerem suas práticas e funções na legalidade, retornando somente em 1945, período que é conhecido e vamos tratar como *período populista* (1945-1964). A primeira polarização no Brasil tomava forma com os partidos getulistas PSD e PTB, disputando a arena do poder com a oposição da UDN. Vargas morre em 1954 e mesmo assim se mantém a polarização dos grupos políticos na disputa da centralidade do poder político por mais dez anos até o golpe de 1964, que mudaria novamente a formatação do sistema político no Brasil.

Lamounier e Meneguello definem bem e resumidamente a importância do período (1986, p. 35-36):

A estrutura partidária de 1945-1965 adquiriu claramente esse sentido de instante “canônico” aos olhos da literatura especializada. Há um reconhecimento crescente de que foi o grande momento da vida partidária brasileira; ao lado disso, uma crença algo premonitória de que, decifrando-o, teremos a chave do passado e do futuro. E com efeito, se alguma continuidade subterrânea liga os partidos de hoje ao passado, do outro lado do túnel estará a tríade PSD-UDN-PTB dos anos cinquenta. Canônico por sua importância, esse sistema parece sê-lo também por suas deformações congênitas, que alguns veem como explicação quase suficiente de sua crise no início dos anos sessenta e da debilidade dos que o sucederam.

O conservadorismo no período getulista era representado pelas forças do PSD (Partido Social Democrático) com lideranças rurais e alto escalão do funcionalismo estatal; por sua vez o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), era formado por lideranças sindicais, proletários fabris e outras forças de trabalhadores assalariados. A UDN (União Democrática Nacional) era formada por lideranças de cunho liberal, com a burguesia e classe média das cidades, defendiam a adesão ao capital estrangeiro por parte do governo, além da defesa da iniciativa privada e livre mercado. A UDN teve um papel decisivo em derrotas eleitorais da aliança PSD-PTB entre 1950 e 1955 e a grande promotora de tentativas de golpes de estado nesse período que acabaria bem-sucedido em 1964; partimos para mais um rompimento brusco do sistema partidário e da democracia brasileira, sempre frágil e sofrendo com mudanças radicais nos seus rumos.

1.4 BIPARTIDARISMO NO REGIME MILITAR: ARENA E MDB (1964-1985)

O Regime instaurado pelo golpe de 1964, permitia então – com o AI-2 – a existência legal de apenas dois partidos que não poderiam se chamar “partidos” nas suas siglas; originando-se a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), esta segunda por sua vez, tinha de ter um papel de oposição mas fazê-la de forma comedida, sem questionar a legitimidade ou incitar qualquer tipo de oposição que tivesse como objetivo acabar com o regime vigente. Lamounier e Meneguello (1986), contextualizam as diretrizes do AI-2.

O desfecho foi o Ato Institucional nº. 2, que em troca da posse dos eleitos cerceava de maneira substancial as intenções ainda civilistas do presidente Castello Branco, praticamente impondo o nome do general Costa e Silva como candidato à sua sucessão; dava início a um novo ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos; (Lamounier; Meneguello, 1986, p. 64)

A exemplo da república velha, também foram impostas sanções para cassar mandatos de quase 4.700 pessoas, opositores que eram considerados “inconvenientes” ao Regime. Lideranças conservadoras, até a dissidentes fascistas se juntaram na formação e atuação na ARENA; os trabalhistas e liberais se juntaram ao MDB para formar a oposição formal daquele período do sistema partidário brasileiro. Este “congelamento” dos partidos e a permissão para apenas duas agremiações na legalidade do processo, durou até meados 1982, com a abertura e fundação de novos partidos como o PT, que seria protagonista opositor e depois governo no início dos anos 2000.

1.5 O MULTIPARTIDARISMO NA NOVA REPÚBLICA: ABERTURA DO SISTEMA PARTIDÁRIO E SURGIMENTO DE NOVOS PARTIDOS (1982-1989) (1989-1994)

Com a vitória da oposição ao Regime Militar em 1974, rompeu-se lentamente a “jaula” em que estavam trancafiados os partidos e lideranças políticas no Brasil. O general Geisel foi forçado a uma abertura gradual no sistema partidário brasileiro. A retomada de uma organização pluripartidária tomava forma naquele período. No capítulo intitulado “*A crise sucessória de 1984 e o nascimento da ‘Nova República’*”, Lamounier e Meneguellon (1986) contextualizam o momento político-constitucional das eleições 1982.

Vejamos inicialmente os parâmetros numéricos da situação político-institucional que emerge das eleições de 1982. Em termos estritamente eleitorais, o esquema *bipartidário* vigente desde 1965 não foi realmente desfeito pela reforma de 1979 e pelas subsequentes alterações na legislação eleitoral. (Lamounier; Meneguello, 1986, p.80)

A campanha das “Diretas Já”, no ano de 1984, dava o tom às vozes de adversário e opositores ideológicos e diversos politicamente, rumando ao novo sistema partidário do pluripartidarismo no país. A campanha ficou marcado também por ser o último grande conagraçamento dessas oposições. A nova lei partidária dava a nítida impressão de estar completamente pautada pelo congelamento de vinte anos no sistema partidário, facilitando a criação de novos partidos apenas com o cumprimento de requisitos mínimos para tal. Esse processo levou a uma proliferação de pequenos partidos com pouca representatividade em assembleias, câmaras e no executivo; os chamados partidos “nanicos” tomaram uma boa parcela dos hoje mais de trinta agremiações no país. Os críticos desse multipartidarismo em excesso é o da frágil governabilidade para um presidente da república por exemplo, que tem dificuldades de dialogar com inúmeras frentes e lideranças de todo tipo de grupos de interesse e ideologias diversas e, podemos dizer, confusas; processo que leva à grandes coalizões dentro do poder executivo para garantir um mínimo de governabilidade durante o mandato.

Os defensores dessa livre e ampla organização de partidos, nos indicam que as desigualdades, complexidades e especificidades do Brasil, ficam ainda mais expostas em um sistema multiplicidade de partidos e não em uma uniformidade partidária. Mesmo com uma vasta multiplicidade de partidos atuando de forma legal no país, grandes frentes e correntes ideológicas são predominantes, ou seja, quatro ou cinco partidos dominam as arenas de disputa com hegemonia em estados e municípios, além da clara polarização que trataremos mais adiante entre as grandes frentes de PT e PSDB.

2 AS ELEIÇÕES SOB O PSDB – 1994 E 1998

2.1 A ELEIÇÃO DE 1994

A eleição presidencial de 1994 foi marcada pelo advento do Plano Real e políticas de controle inflacionário por parte do governo Itamar Franco. Políticas que eram encabeçadas por seu ministro da fazenda e candidato à sucessão presidencial na eleição de outubro, Fernando Henrique Cardoso. Essa Subseção vai tratar do papel decisivo dessas políticas no processo

eleitoral e no resultado da eleição daquele ano vencida em primeiro turno pelo ex-ministro, que comandou a Fazenda do governo Itamar Franco e foi atrelado a ele as políticas como o Plano Real, reduzindo a inflação exorbitante vigente na época.

Para além deste contexto econômico, podemos citar a mudança evidente de regime político na América Latina. Sallum JR (1999) em seu artigo intitulado “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo”, publicado na *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, já comentava essa mudança importante nos regimes políticos desde os anos 1980.

No Brasil, é evidente que a mudança no regime político se deu mais rapidamente do que nas demais dimensões. É por isso que Fernando Henrique Cardoso, ainda em sua posse na Presidência da República, pode situar o seu governo entre duas dimensões/etapas da transição. Entre a transição político-institucional para a democracia, que se teria encerrado com a sua própria eleição, e a transição para além da Era Vargas. (SALLUM JR, 1999, editado em fev. 2000, p. 24).

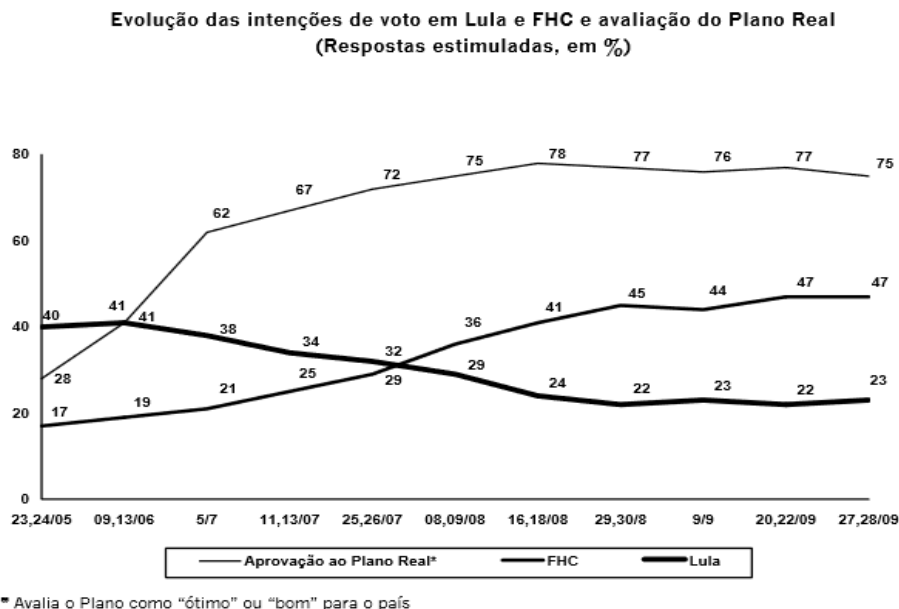
Antonio Manuel Teixeira Mendes e Gustavo Venturini (1994), diretores do Instituto de Pesquisa Datafolha, nos trouxeram uma pesquisa sobre a eleição de 1994, intitulado “Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco”, publicado na revista *Opinião Pública*, que mostrou a influência do Plano Real e do horário eleitoral gratuito, com base em dados de survey com 2.500 entrevistados. Argumentando que o controle inflacionário exerceu um papel decisivo para as intenções de voto (Mendes e Venturini, 1994).

No início do ano de 1994, havia a certeza de que Lula (PT) estaria no segundo turno, juntamente com Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Em especial por volta do mês de maio, com as convenções partidárias, que definiriam os candidatos ao Planalto, Lula já alcançava um patamar excelente para disputa, chegou a liderar as pesquisas com 40% dos votos, o que lhe dava além da certeza de segundo turno, a possibilidade real de vencer o pleito já em primeiro turno; este era o cenário antes da implementação do Plano Real.

Nas convenções, se consolidaram alianças importantes para o pleito como a união PSDB-PFL, Lula dialogando com lideranças empresariais até da comunidade internacional, fato que não ocorrera nas eleições de 1989. A partir deste ponto, constata-se uma mudança importante no engajamento eleitoral de Lula e seus possíveis novos eleitores; as buscas por novas bases de sustentação da sua candidatura com o apoio internacional. O ponto mais importante deste período é a virada do cenário com a implementação da segunda etapa do Plano Real, uma queda considerável da inflação e o aumento do poder de compra da população, aliada a confiança da opinião pública nas políticas governamentais do governo Itamar.

Importante entender e visualizar o cenário com a tabela de intenções de voto em Lula e FHC a avaliação do Plano Real.

Figura 1 – Gráfico - Evolução das intenções de voto em Lula e FHC e avaliação do Plano Real



Fonte: MENDES, A. M. T; VENTURINI, G. (1994, p. 61)

A respeito destes dados, Mendes e Venturini (1994) declaram:

[...] a aprovação ao plano econômico mais que duplicou, em relação à fim de maio, saltando para quase dois terços do eleitorado. [...] tratava-se de um resultado que refletia antes a vontade e a expectativa de que o plano vingasse do que uma aprovação dos seus efeitos reais – embora já oferecesse um indício do impacto que teria sobre o processo eleitoral! (p. 62)

A partir deste momento, começava a queda brusca de Lula e por inércia o crescimento meteórico de FHC, nos dois meses posteriores, isso ficaria mais evidente. Os pontos que separavam Lula de FHC, mais de 20, despencaram e posteriormente desapareceram de maneira muito rápida, em menos de um mês, e ao final de julho, já se encontravam em empate técnico.

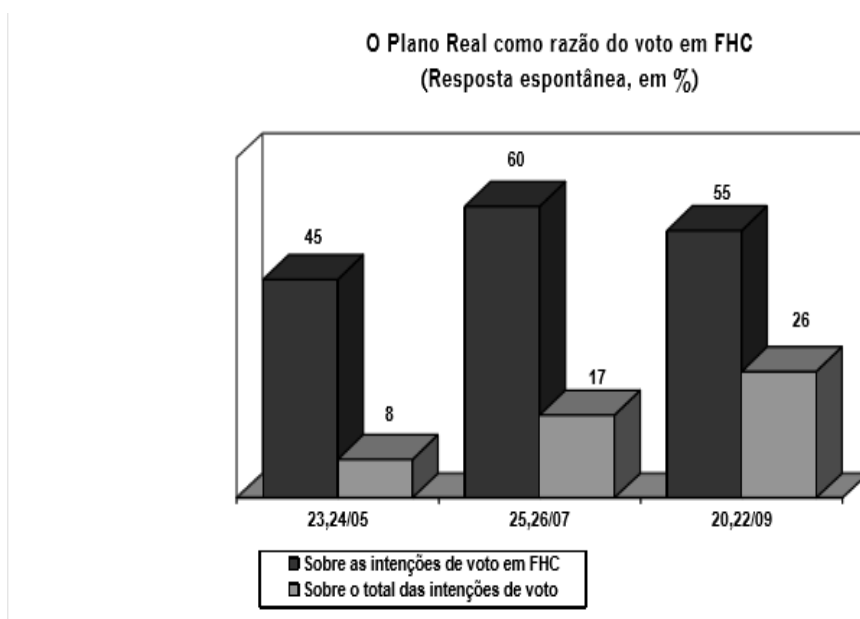
Em agosto, mais especificamente no dia 2, tinha início o horário eleitoral gratuito em rede nacional de rádio e TV. Prontamente o candidato FHC, assume o Plano Real como seu. Discurso que só ajudou a consolidar o plano econômico e dar sustentação à sua candidatura perante o eleitorado. Os tucanos potencializam os efeitos positivos do Plano Real na economia, uma estratégia que surge efeito quase imediato; quando divulgada uma pesquisa uma semana depois do início do horário eleitoral. Segundo Mendes e Venturini (1994, p. 62) “uma semana

mais tarde nova pesquisa mostra que o empate entre Lula e FHC persiste entre os eleitores que não se expuseram à propaganda (56%), mas que FHC abre 11 pontos sobre Lula entre os 44% que já assistiram”.

A consolidação do Plano Real como determinante para a vitória posterior de FHC na eleição, se dá com números extraordinários de aprovação do novo plano econômico que estabilizou a economia e controlou a inflação, tendo a aprovação de 75%. “A confirmar o papel central do Real nessa reviravolta está a evolução das razões das intenções de voto, colhidas pelo Datafolha em três momentos.” (MENDES; VENTURINI, 1994, p. 64-65). No final do mês de julho, 60% dos eleitores declarados em FHC, mencionavam a motivação como sendo o plano econômico, isso nas respostas espontâneas, o que trazia a certeza de que o seu eleitor era mesmo aquele que acreditou e confia na continuidade das agendas econômicas do governo Itamar para o seu sucessor FHC.

Podemos ver essa relação na tabela abaixo com o Plano Real como razão de voto em FHC:

Figura 2 – Gráfico – O Plano Real como razão do voto em FHC.



Fonte: MENDES, A. M. T; VENTURINI, G. (1994, p. 65)

“A rápida alteração no cenário eleitoral foi de maneira homogênea em todos os nichos eleitorais pesquisados? Ou ainda não ocorreu de maneira simultânea e com mesma intensidade em diferentes segmentos sociais?” (MENDES; VENTURINI, 1994, p. 65, grifo do autor).

Portanto, escolarização, nível de renda familiar e condição de trabalho são determinantes, a pesquisa entrecruzou dez segmentos, sendo seis de eleitores pertencentes à População Economicamente Ativa (PEA) e quatro não pertencentes. A PEA corresponde à 68% do eleitorado do Brasil em 1994.

Seguem abaixo os grupos divididos pela pesquisa: Mendes e Venturini (1994):

Grupo I: assalariados sem registro em carteira de trabalho e autônomos não estabelecidos (conta-própria irregular, como ambulantes e biqueiros), com renda familiar até cinco salários mínimos e que não ultrapassaram o 1º grau (cerca de 12%, 11,4 milhões de eleitores).

Grupo II: demais trabalhadores do mercado informal, com renda familiar acima de cinco mínimos (6%, 5,7 milhões).

Grupo III: assalariados com registro profissional (CLT), funcionários públicos e autônomos estabelecidos (conta-própria regular), com renda familiar até dez salários e escolaridade até o 2º grau (24%, ou 22,8 milhões).

Grupo IV: assalariados registrados, funcionários públicos, autônomos estabelecidos e profissionais liberais (autônomos universitários), com renda acima de dez mínimos e escolaridade secundária ou superior (6%, ou 5,7 milhões).

E finalmente os empregadores, empresários de todos os ramos, com mais de dois empregados (excluídos os domésticos), representando 2% ou 1.9 milhão de eleitores. (p.66)

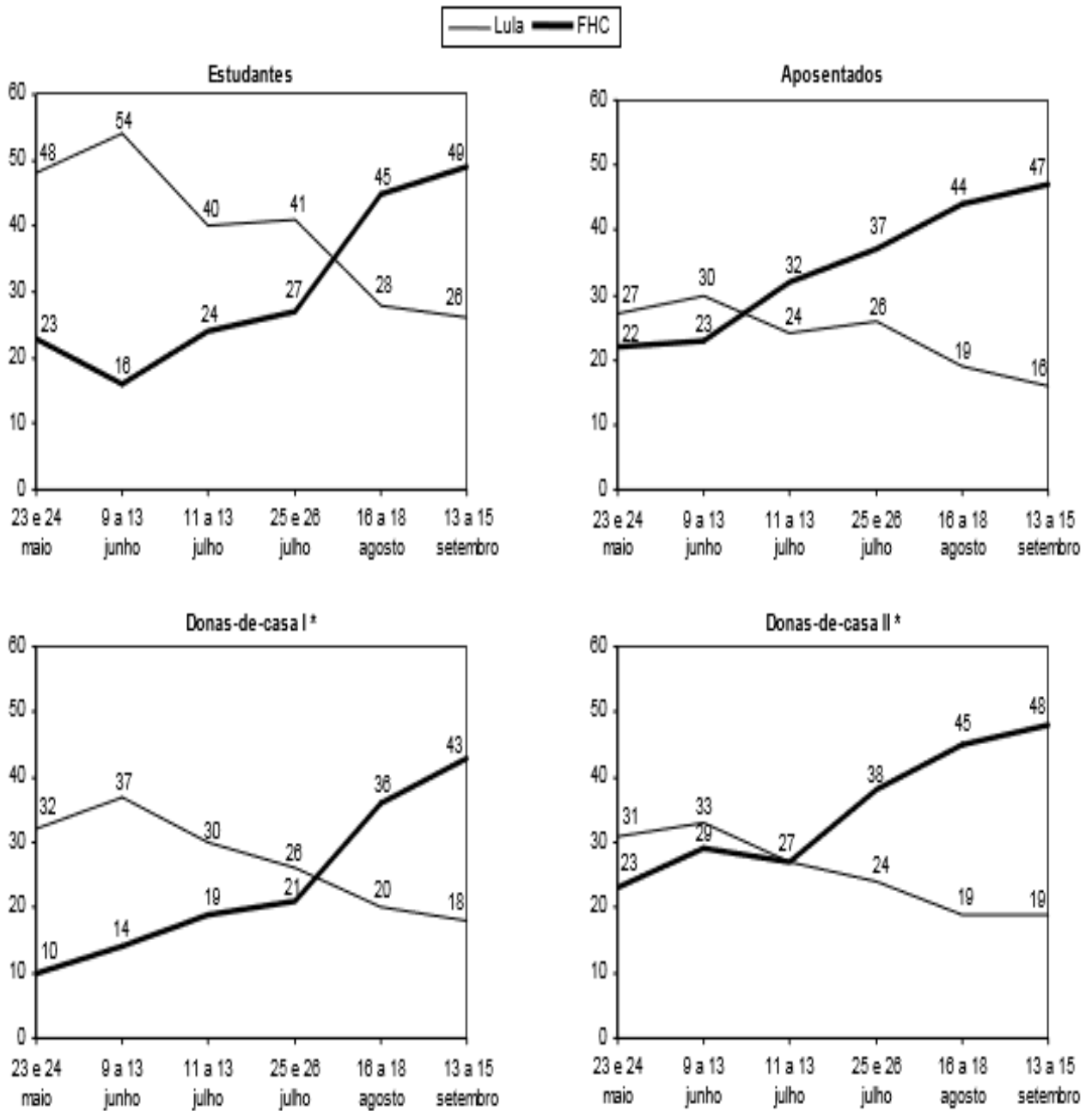
Já os eleitores fora da PEA, representam os outros 32% do eleitorado em 1994 e a divisão desses eleitores foi dividida entre “os estudantes que não trabalham (5%, 4,7 milhões), aposentados (8%, 7,6 milhões) e em dois grupos de donas-de-casa, as com baixa renda familiar (até cinco salários mínimos por mês), que correspondem a 11% do eleitorado (10,4 milhões), e as com renda familiar média ou alta (acima de cinco mínimos), que somam 4% (3,8 milhões)”. (MENDES; VENTURINI, 1994, p. 66).

Lula está à frente em todos os dez grupos construídos, e em todos chega atrás de Fernando Henrique em meados de setembro – momento em que ambos já estão há mais de duas semanas estáveis, em relação ao que obteriam em 3 de outubro. Mas tanto entre os eleitores da PEA como entre os de fora da PEA, há contrastes expressivos em relação à velocidade e ao momento em que FHC ultrapassa Lula e quanto às diferenças de intenção de voto nos pontos de partida e de chegada: (LIMONGI; VENTURINI, 1994, p. 66)

Os gráficos abaixo mostram que em todos os cenários Lula estava à frente de FHC e que em meados de setembro já é ultrapassado em todos os cenários majoritariamente.

Figuras 3 e 4 – Gráficos – Evolução das intenções de voto em Lula e FHC entre eleitores fora da PEA e eleitores da PEA.

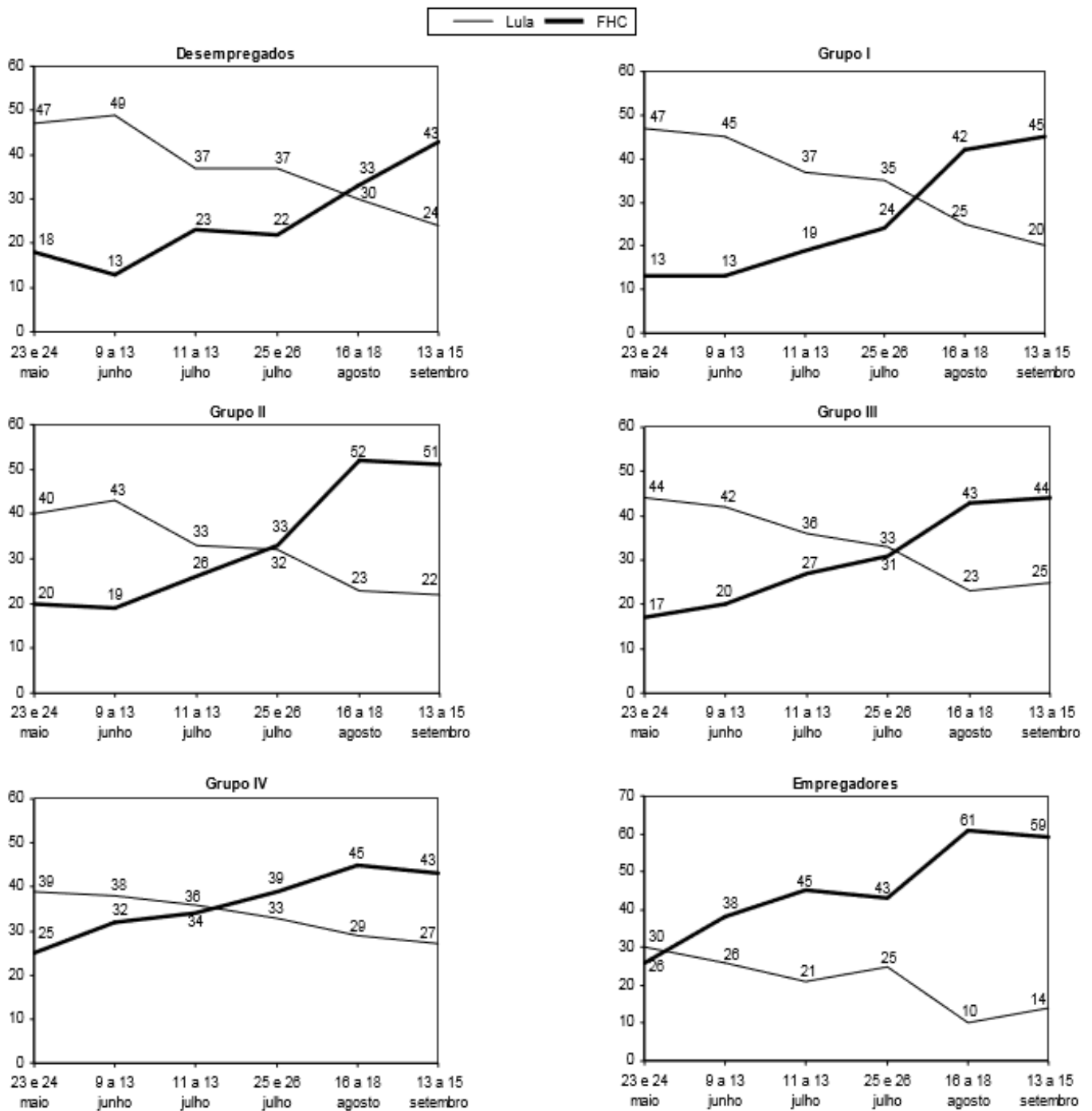
**Evolução das intenções de voto em Lula e FHC entre eleitores fora da PEA
(Resposta estimulada, em %)**



* renda familiar até 5 S.M.

* renda familiar acima de 5 S.M.

**Evolução das intenções de voto em Lula e FHC entre os eleitores da PEA
(Resposta estimulada, em %)**



Grupos I: No mercado de trabalho informal, com renda baixa; II: no mercado de trabalho informal com renda familiar acima de 5 S.M.; III: no mercado formal, com renda até 10 S.M. e até 2º grau de escolaridade; IV: no mercado formal, com renda acima de 10 S.M.. escolaridade 2º grau ou superior

Fonte: MENDES, A. M. T; VENTURINI, G. (1994, p. 67-68)

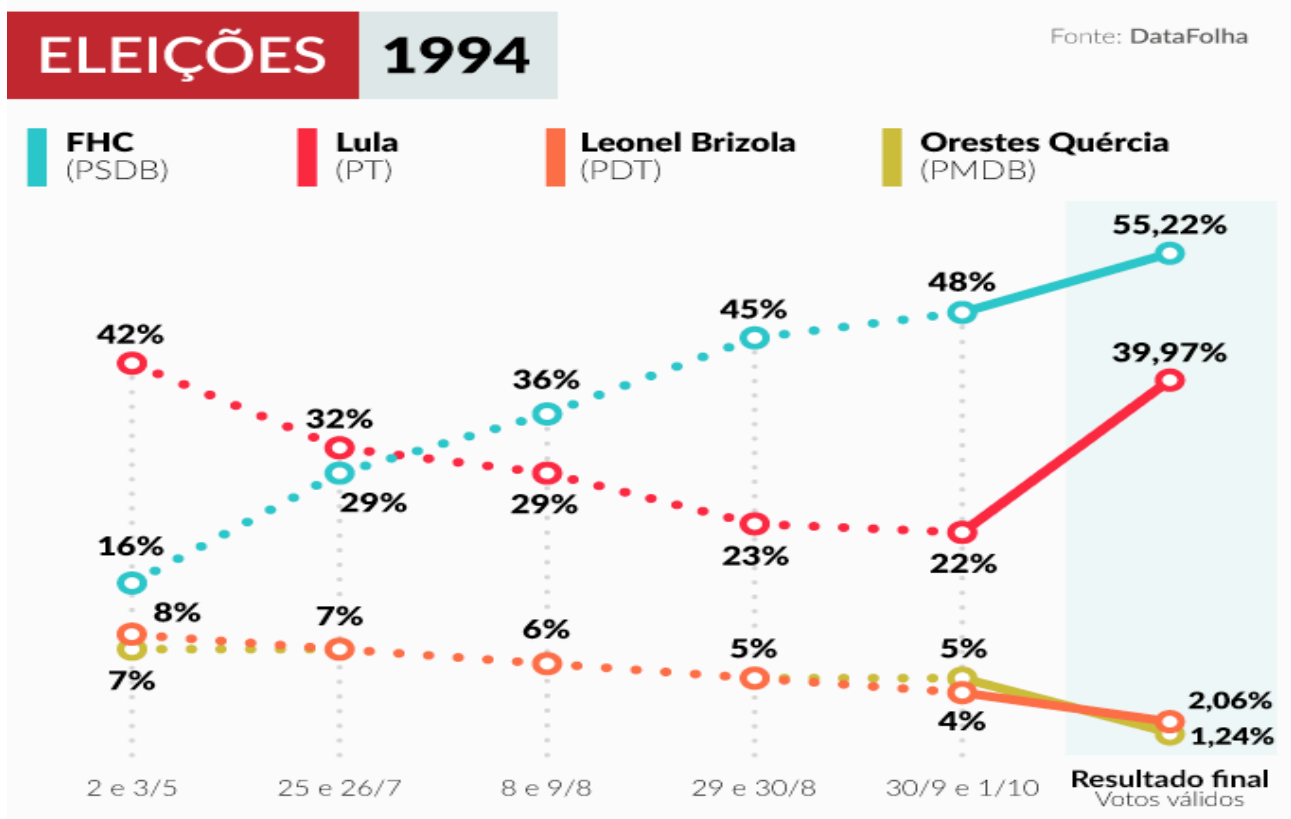
As maiores vantagens em prol de Lula na PEA eram entre os trabalhadores regularizados com renda e escolaridade não tão altas, desempregados e trabalhadores informais com baixa renda e escolaridade. Fora da PEA Lula tinha a vantagem absoluta nos grupos de trabalhadores formais e informais com renda e escolaridade médias ou baixas. As vantagens de FHC na PEA ficavam por conta dos empregadores e os informais. Fora da PEA, eram os aposentados e os estudantes.

A virada – quase que total – de FHC, ocorre em meados de julho e agosto; primeiro ocorrendo nos segmentos em que a vantagem de Lula era menor. O que “não é óbvio” nessa relação, é que as maiores variações de deveriam ocorrer nos segmentos em que Lula tinha mais vantagem, fenômeno que acabou ocorrendo também.

Com a ajuda dos dados colhidos pelo Datafolha, se torna mais “palpável” a análise com base em dados do pleito eleitoral de 1994 que entrou para a história pelo fato de o desconhecido nacionalmente Fernando Henrique Cardoso – com trânsito eleitoral somente no sudeste e mais especificamente em São Paulo – fosse protagonista de uma reviravolta na segunda eleição pós regime militar e a primeira após um conturbado processo eleitoral em 1989 que culminou na já comentada derrubada por impeachment de Fernando Collor. A sua atuação como ministro de Itamar Franco foi decisiva para sua candidatura forte do até então novíssimo PSDB com menos de dez anos de história. Fernando Henrique assumiu um protagonismo que foi o principal trunfo para a sua chegada ao Planalto em primeiro turno, vencendo a eleição de forma até muito tranquila após sua virada nas intenções de voto determinada pelo plano bem-sucedido da nova moeda brasileira, o Real, estabilizando a inflação e controlando bem a economia brasileira aos olhos da opinião pública. A mídia também fazia o seu papel, que ainda lhe confere na esfera da sociedade civil, de informar a melhora constante e ‘mágica’ promovida pelo então Ministro da Fazenda. Como se sabe, buscar informação, informar-se, se tornou um hábito para o homem moderno desde os séculos passados; a atuação das mídias impressa e televisiva, foi decisiva para uma mudança de cenário eleitoral tão importante e marcante para a democracia brasileira. Lima (2004) elabora “Sete teses sobre a relação política e mídia no Brasil” e diz que “É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída e simbolicamente, adquire um significado” (LIMA, 2004, p.51). Sabemos também, ainda segundo Lima (2004), não existe política sem mídia e vice-versa em democracias; a visibilidade favorável nas mídias é importante para as candidaturas, ter seu nome atrelado a uma boa visibilidade por parte da opinião pública.

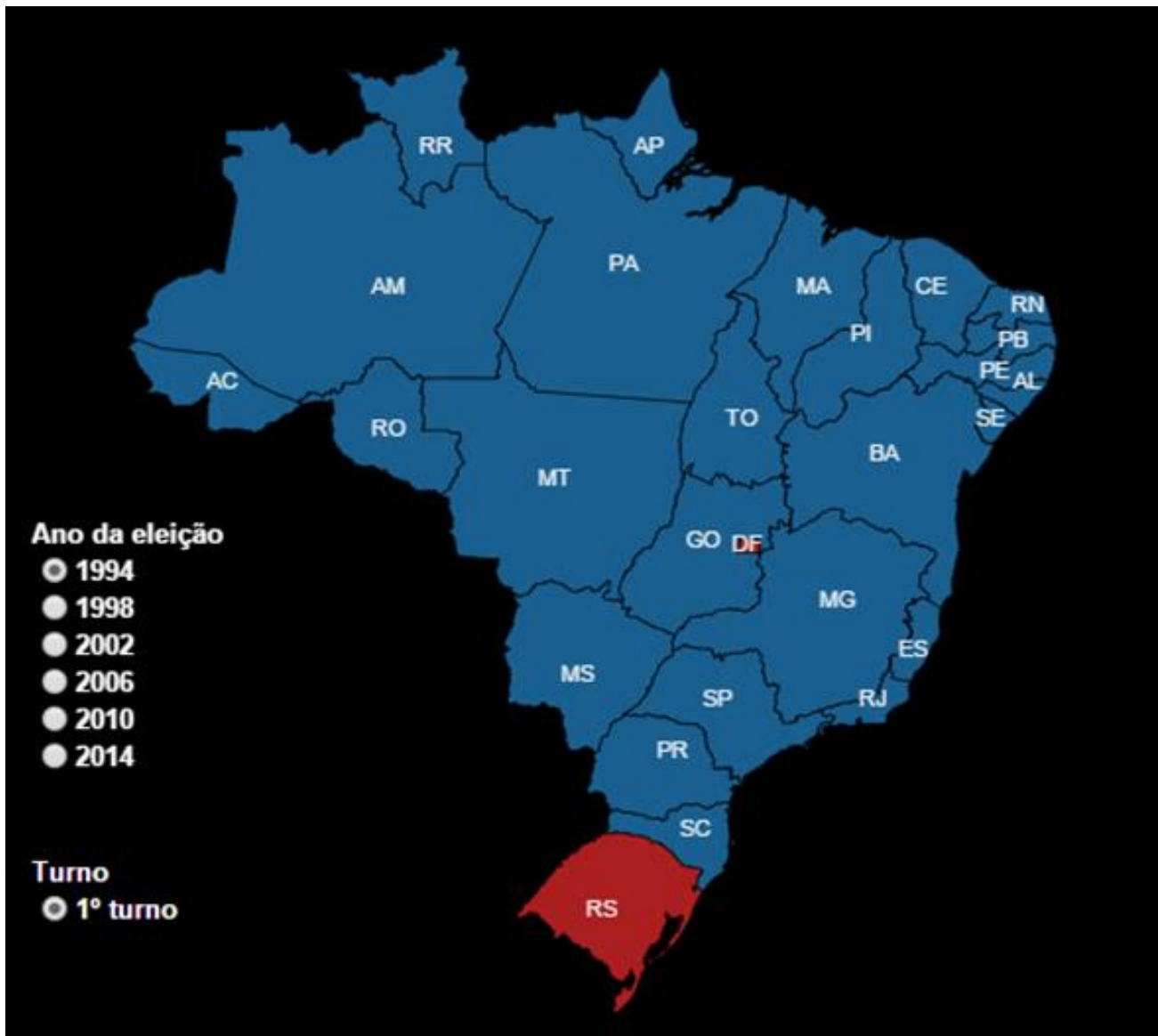
Vimos nos gráficos das coletas por survey relações interessantíssimas de eleitores que acompanharam o horário eleitoral gratuito em rádio e TV e a sua relação na decisão do voto; com advento da propaganda muito bem feita e articulada pelo PSDB dando o título de ‘pai’ do Real para FHC e as tentativas fracassadas da oposição – principalmente do PT de Lula – em fazer uma divulgação negativa do plano real, não foram suficientes para derrubar a alavanca tucana para chegar ao Planalto pela primeira vez.

Figura 5 – Gráfico – Números finais com a vitória de FHC em 1994.



A eleição de 1994 teve números finais com a vitória de Fernando Henrique em primeiro turno com ampla vantagem para o candidato tucano, como mostra o gráfico completo da evolução das pesquisas e a votação de outubro de 1994. Em votos totais, FHC obteve 34.314.961 votos; Lula obteve 17.122.127. Apesar do crescimento de Lula de 30/09 e 01/10 na pesquisa final, subindo de 22% para 39,97% na eleição, não chegou a ser uma ameaça a sólida vitória da continuidade do governo Itamar Franco com seu ministro chave eleito em 1º turno. Mesmo com a candidatura de Orestes Quécia do PMDB, boa parte do partido aderiu ao plano de FHC; já o candidato Leonel Brizola do PDT, que viria a ser vice de Lula em 1998, fez apenas 2,06% dos votos válidos no pleito.

Figura 6 – Mapa da eleição 1994 em 1º turno; em vermelho estados onde Lula foi vencedor; em azul estados onde FHC foi vencedor.



Fonte: Brasil Decide; disponível em: <https://brasildecide.wordpress.com/2015/11/30/historia-eleicao-1994/>

2.2 A ELEIÇÃO DE 1998

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 1998, foi marcado pela consolidação e legitimidade das políticas de seu governo. Aliados aos PFL, PPB, parte do PTB, PMDB e outras bancadas importantes na Câmara e Senado, as vitórias nas arenas de disputa política, econômica e social, não foram difíceis para FHC. Bem articulado e com boa circulação nas duas casas de Brasília, conseguiu implantar importantes políticas econômicas determinantes

para seu ideal de governabilidade do país. Pautado por um fundamentalismo neoliberal, que privilegiava segurar o Real e assim manter o seu prestígio político, tinha à sua sombra uma pauta liberal desenvolvimentista ao seu final de primeiro mandato em 1998 para 1999.

Dentro do mesmo contexto de vitórias em arenas importantes e prestígio social e dentro do jogo política, FHC conseguiu sem muita dificuldade aprovar PSC 16 de 04/06/1997 – a PEC da reeleição – que determinou que os cargos eletivos do executivo pudessem ter dois mandatos consecutivos, uma reeleição, portanto. FHC já contava com mais essa vitória que seria importante para implementação de políticas econômicas e sociais em uma continuidade para um segundo mandato.

Como bem vimos na subseção anterior, a importância do Plano Real foi central para a eleição de FHC, no entendo segundo Fiori (1995), citado por Sallum (1999, p. 24) “o Plano Real não teria sido concebido para eleger FHC mas, na ordem inversa, a candidatura FHC teria sido gestada pelas novas elites para viabilizar, no Brasil, a coalizão de poder capaz de dar sustentação de permanência ao programa de estabilização hegemônico” [no âmbito do capitalismo mundial] (Fiori, 1995, p. 236).

A ênfase dada ao momento maquiaveliano na reconstrução do Estado, complementa e reforça o papel cumprido pelo conceito de hegemonia. Os dois sublinham a insuficiência do conhecimento das estruturas para a explicação dos processos políticos, especialmente em situações de crise; uma classe dominante não se transforma em dirigente a menos que consiga organizar-se e universalize os seus interesses na sociedade; e isso não ocorre a menos que lideranças políticas encontrem uma “fórmula política” que permita a adesão da maioria das forças políticas em presença. (SALLUM JR, 1999, p. 31).

Além do sucesso na arena político-institucional, onde concentrou boa parte de suas energias no jogo político entre as duas casas do Congresso Nacional. A coalizão vitoriosa na eleição de 1994, teve uma vitória muito significativa no Congresso e nas bases eleitorais dos estados; a eleição de governadores da coalizão, que ainda contava com a força regional do PPB, no Sul por exemplo, além do eterno maior partido brasileiro, o PMDB, além da sua base primária na coalizão, o PFL e o PTB. Enquanto isso, a oposição estatista, desenvolvimentista de um processo de reconstrução de um tipo de nacionalismo à esquerda, mal conseguiram 1/5 das cadeiras do Congresso Nacional. Conseguiram eleger alguns governadores que mesmo assim acabaram se mostrando a favor das propostas de reformas de FHC. Como define Sallum JR (1999) “Em suma, na arena institucional, a coligação político-partidária afinada com a

orientação do presidente da República, além de dominar o Executivo federal, dominava claramente o Legislativo e tinha grande presença na Federação”. (p.41).

Em relação aos governos de Itamar Franco e Lula, Limongi (2006) afirma que a taxa de dominância do Executivo foi superior a 90% e que o presidente Fernando Henrique Cardoso obteve uma taxa de dominância de 85%. Neste sentido, o autor afirma que “sucesso e dominância legislativa assim como a disciplina partidária são funções diretas do controle que o Executivo exerce sobre o conteúdo, a forma e o momento em que matérias são votadas” (LIMONGI, 2006, p. 35).

Um ponto importante na política do governo FHC, é que o mesmo não fez nenhum contato positivo com organizações societárias para a implementação de seu programa de governo, ao contrário, desmobilizou essas organizações, como destaca Oliveira (1996, p.59-60; p.69), conforme citado por Sallum JR (1999).

Quer dizer, não apenas procurou desmobilizar a oposição mas desprezou a mobilização social em seu favor. Quase sempre procurou aprisionar a política nas arenas institucional e de influência, isolando a política da sociedade organizada. (p.43)

Como principal organização societária, podemos citar o importante papel do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) durante o governo de FHC, atuando como uma oposição forte e confrontadora às políticas de reforma agrária. Neste quesito, tinha o apoio da maior parte da população urbana popular nas suas ocupações de terra improdutivas e que careciam de um plano de distribuição de terras; plano este que FHC se viu obrigado a transformar, para um melhor tratamento desta questão.

Mesmo com o sucesso nas arenas políticas do governo FHC, esta ação contou com apoio da população apenas pelo fato de que a maior parte dos brasileiros sofreu com a alta inflação, o descontrole dos preços, a diminuição do poder de compra, etc. O governo contou estes fatos para implementar uma política de controle inflacionário e conseqüente aumento do emprego e da renda da população; população está traumatizada com a realidade antes do Plano Real. Por isso a preferência por um fundamentalismo neoliberal por parte do governo FHC, ao longo do seu primeiro mandato. Tal preferência foi muito bem percebida pelo governo para viabilizar a estabilidade dos preços e a volta conseqüente do poder de compra da população. A manutenção do prestígio político na figura do presidente da República, era muito importante para um

primeiro mandato que pudesse lhe dar uma garantia de sucessão, ao menos na mesma coalizão, o que se concretizou com a própria reeleição após a aprovação da PEC 16/1997.

Ainda sobre a escolha de uma agenda fundamentalista neoliberal sobre uma agenda liberal-desenvolvimentista, é preciso ressaltar que a agenda fundamentalista neoliberal, dava ao governo uma garantia imediata de segurar o Plano Real.

Como bem cita Sallum JR (1999):

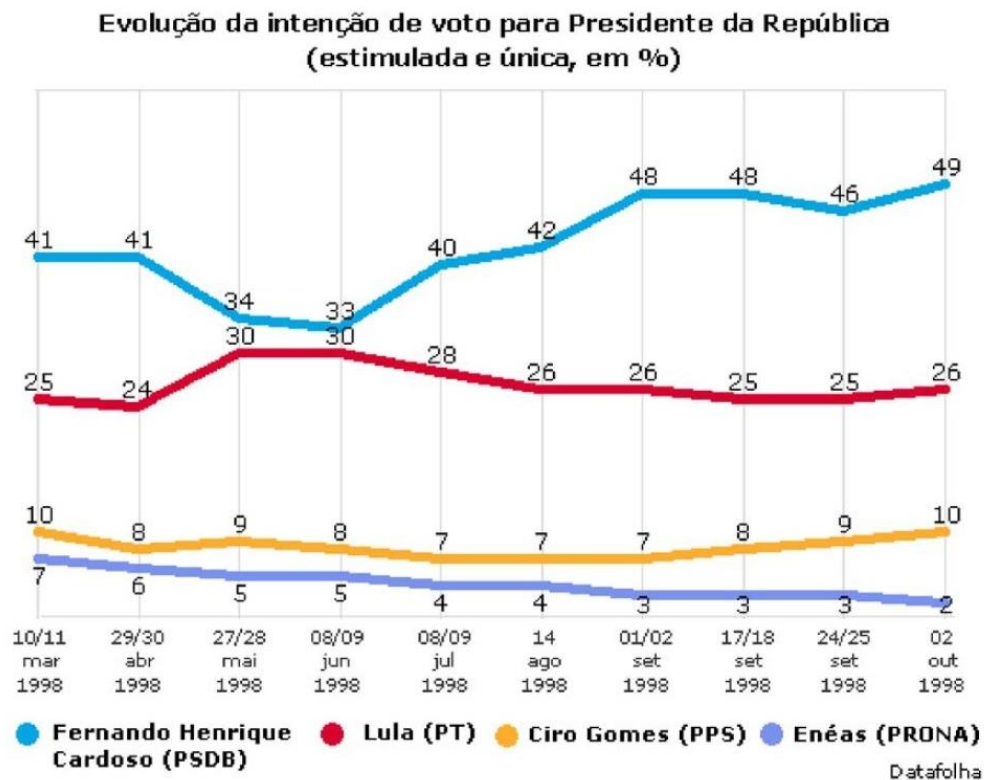
[...] preservando o prestígio político difuso que ajudava o governo a manter suas posições nas várias arenas políticas – e mais riscos de médio e longo prazo, por conta do eventual crescimento da taxa de desemprego e de perturbações provenientes do sistema financeiro internacional. (p.44).

A agenda liberal-desenvolvimentista, tinha a garantia de processos de médio para longo prazo como um equilíbrio com a política financeira internacional, ao mesmo tempo não tinha a garantia de uma estabilidade na economia.

Este contexto de sucesso nas arenas político-institucionais por parte da coalizão governista, o presidente Fernando Henrique consegue a aprovação da PEC 16/1997, que dá direito a uma reeleição para o executivo, é o nome escolhido formalmente por seu partido e apoiado pela coalizão que o apoiou nas decisões políticas nos quatro anos de mandato de 1995 a 1998. Em uma eleição realizada no dia 04/10/1998, com doze candidatos ao cargo, FHC (PSDB) venceu em 1º turno; chegou à frente dos demais em 23 mais o DF. Lula (PT), seu principal concorrente, foi vencedor no RJ e no RS (RS que elegeu o governador do mesmo partido, o PT, Olívio Dutra, que formou uma base eleitoral importante para o bom resultado de Lula no estado); já Ciro Gomes (PPS), venceu em seu estado, onde ficava sua base mais forte, o Ceará.

Ao contrário da eleição de 1994, FHC sempre esteve na frente nas intenções de voto em todas as pesquisas durante o ano de 1998 e ampliou sua vantagem com a aproximação do pleito como mostra o gráfico abaixo com dados do Instituto de Pesquisa Datafolha.

Figura 7 – Gráfico – Evolução da intenção de voto para Presidente da República em 1998.



Fonte: Datafolha Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1998/indice-1.shtml>

Em relação ao resultado da eleição presidencial de 1998, é importante ressaltar a uniformidade da votação de FHC em praticamente todos os estados da federação. Mesmo perdendo em três estados – os já mencionados RS, CE e RJ – a diferença de votos para o vencedor no RS, Lula e para o vencedor no CE, Ciro Gomes, não foi grande, visto que no CE, FHC ficou em terceiro lugar, atrás de Ciro e Lula. Seguem os números nestes três estados:

Tabela 1 – Votos de FHC, Lula e Ciro nos estados do RS, CE e RJ em 1998.

ESTADO	FHC	LULA	CIRO
	VOTOS TOTAIS	VOTOS TOTAIS	VOTOS TOTAIS
	(%)	(%)	(%)
RS	2.036.805	2.460.551	277.866
	(40,59)	(49,04)	(5,53)
CE	804.969	872.290	909.402
	(30,30)	(32,84)	(34,23)
RJ	2.848.277	2.851.274	708.279
	(42,27)	(42,32)	(10,51)

Fonte: Resultado Eleições 1998; Tribunal Superior Eleitoral.

A maior diferença ficou por conta do RS, que em porcentagem a diferença foi de praticamente 9 pontos de Lula em relação a FHC. Já a menor diferença foi no RJ, onde ficaram praticamente empatados na porcentagem e nos votos totais a diferença foi menos de 3.000 votos. Dos três principais candidatos na disputa, Ciro conseguiu uma vitória em seu estado, o Ceará, derrotando FHC e Lula na disputa, com uma diferença pequena para Lula e um pouco mais distante de FHC que mesmo com este cenário, fez quase 805.000 votos no estado nordestino. Estes dados mostram uma regularidade de votação em todas as regiões do país, em muitas bases eleitorais contrárias ao seu governo, como foi o exemplo do Ceará e em suas bases mais sólidas, consolidando a sua vitória já em primeiro turno. Segue abaixo a tabela completa com o resultado da eleição de 1998.

Tabela 2 – Resultado da eleição para Presidente em 1998.

CANDIDATO (PARTIDO/COLIGAÇÃO)	VOTAÇÃO (%)	VOTOS TOTAIS
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (ELEITO) (PSDB/PFL/PPB/PTB/PSD)	53,06	35.936.540
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT/PDT/PCDOB/PSB/PCB)	31,71	21.475.218
CIRO GOMES (PPS/PL/PAN)	10,97	7.426.190
ENÉAS CARNEIRO (PRONA)	2,14	1.447.090
IVAN FROTA (PMN)	0,37	251.337
ALFREDO SARKIS (PV)	0,31	212.984
JOSÉ MARIA DE ALMEIDA (PSTU)	0,30	202.659
JOÃO DE DEUS (PTDOB)	0,29	198.916
JOSÉ MARIA EYMAEL (PSDC)	0,25	171.831
THEREZA RUIZ (PTN)	0,25	166.138
SÉRGIO BUENO (PSC)	0,18	124.659
VASCO AZEVEDO NETO (PSN)	0,16	109.003
TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS	81,30	67 722 565

Fonte: Resultado da eleição de 1998; Tribunal Superior Eleitoral

Em um contexto de eleição com doze candidatos ao mesmo cargo, em um país de grandes diversidades, que incluem diversidade de perfil dos eleitores, vencer em primeiro turno

com 53,06% dos votos válidos é um feito que não deixa de ser histórico e por consequência muito expressivo, tanto para o sistema partidário brasileiro, quando para a análise da consolidação da polarização entre PT e PSDB. Polarização que não ficou tão clara de que iria ser algo que se prolongaria no tempo, mas que em 1998 deu mostras de que seria o caminho inevitável das eleições posteriores. Lula, apesar da mudança de discurso e conversas com outros setores da sociedade que não dialogava outrora, não foi capaz de fazer frente ao seu opositor principal. Era um contexto muito difícil de se reverter em favor de Lula e de sua coligação que contava com um grande ícone da política brasileiro, Leonel Brizola do PDT; a consolidação do Plano Real que sustentou o então ministro da fazenda e candidato posteriormente à presidência, novamente resultou em supremacia nas arenas políticas, mas não apenas nelas, também com muito crédito da opinião pública, puxada pelos meios de comunicação. Para além deste contexto, a não realização de debates entre os candidatos; o argumento dos principais meios de comunicação era de que a legislação vigente na época, obrigava que todos os candidatos participassem do debate e tivessem o mesmo espaço. Em 1994 aconteceu algo semelhante, mas na oportunidade a TV Bandeirantes realizou um debate contando com os candidatos da época. No contexto de 1998, o então presidente e candidato à reeleição, argumentou que estava focado no seu governo e na crise que mundial do período e por este motivo não participaria dos debates.

3 AS ELEIÇÕES SOB O PT

3.1 A ELEIÇÃO DE 2002

Já não contando com a popularidade adquirida no primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu partido, o PSDB, lançaram o ministro da saúde José Serra para o pleito. José Serra já tinha consolidada sua carreira política como Deputado Federal por São Paulo de 1987 a 1995, quando foi escolhido pelo governo de FHC como Ministro do Planejamento do Brasil, cargo que ocupou de janeiro de 1995 a abril de 1996, isso no primeiro mandato de FHC. A consolidação nacional de Serra se deu no segundo mandato tucano, quando assumiu a Pasta do Ministério da Saúde, de março de 1998 – último ano do primeiro mandato de FHC – até fevereiro de 2002, quando deixou o Ministério para ser candidato da situação ao Planalto.

A missão de Serra não era nada fácil pela baixa popularidade do governo após o segundo mandato tucano à frente da presidência da República. Seis candidatos disputaram a eleição de

2002, sendo eles, Lula (PT), com o apoio do PL (Partido Liberal) do seu vice, o empresário mineiro José Alencar, o próprio José Serra (PSDB), representando o atual governo e apoiado pelo PMDB, Anthony Garotinho (PSB), Ciro Gomes (PPS), com o apoio do PDT e do PTB, José Maria (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO). Os partidos de abrangência nacional, PFL e PPB, não tiveram candidatos próprios e nem apoiaram formalmente nenhuma das candidaturas. Nenhum candidato conseguiu a vitória no primeiro turno, como havia ocorrido em 1994 e 1998 com o PSDB de FHC. Lula se aproximou percentualmente de uma vitória em primeiro turno, com 46% dos votos, já o segundo colocado foi o candidato José Serra, muito atrás na disputa com 23%. O segundo turno foi disputado por Lula e Serra, mais uma vez PT e PSDB à frente com suas coligações, deixando mais evidente a já premeditada *polarização*, objeto principal deste artigo. Lula venceu Serra com 61% dos votos, enquanto o tucano Serra fez 39% dos votos; Lula obteve o apoio de Garotinho e Ciro, com PSB, PDT e PTB, já Serra foi apoiado por grande parte do PFL.

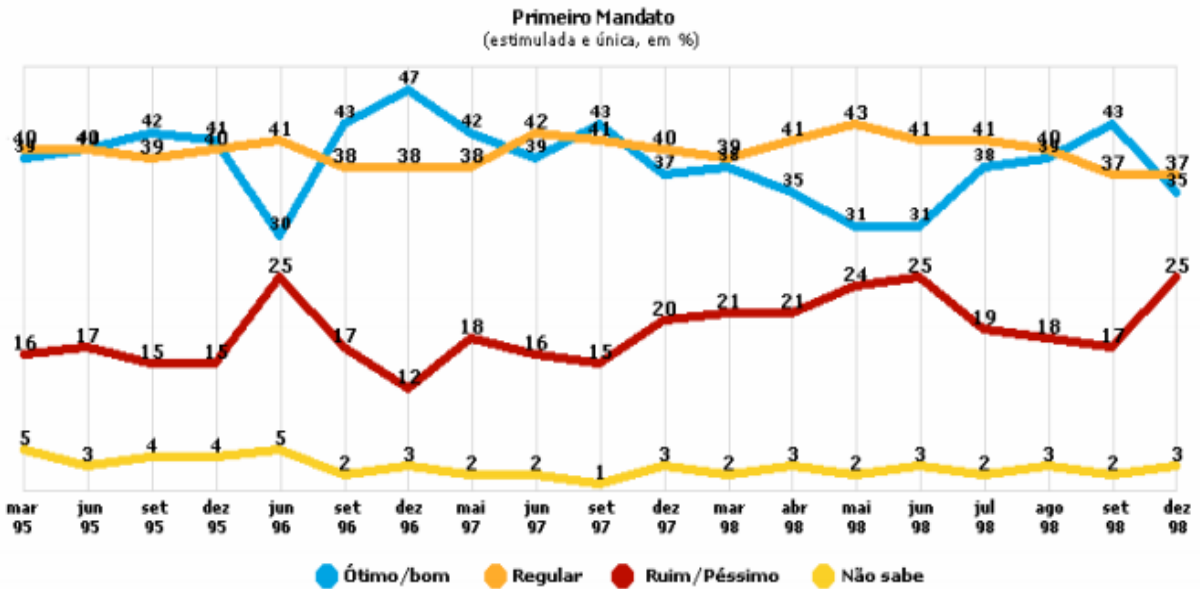
Como referido no início desta subseção, a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso estava baixa por conta do descontentamento da maior parte da população com o seu segundo mandato consecutivo. Em seu artigo intitulado “A Eleição Presidencial de 2002: Uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais”, publicado na Revista de Sociologia e Política Nº 22; 179-194, em junho de 2004, mostra em gráficos a evolução da avaliação do governo FHC do primeiro para o segundo mandato. Cita Carreirão (2004):

O Gráfico I mostra a evolução da avaliação do governo ao longo dos seus dois mandatos. Como se pode ver, houve uma queda brutal da avaliação do governo FHC entre o 1º e o 2º mandatos. Se tomarmos os percentuais de eleitores que avaliaram o governo como ótimo ou bom no 1º mandato (em 19 medições feitas pelo Datafolha entre março de 1995 e dezembro de 1998), esses percentuais variaram entre 30% e 47%, com média de 39%. (CARREIRÃO, 2004, p. 180).

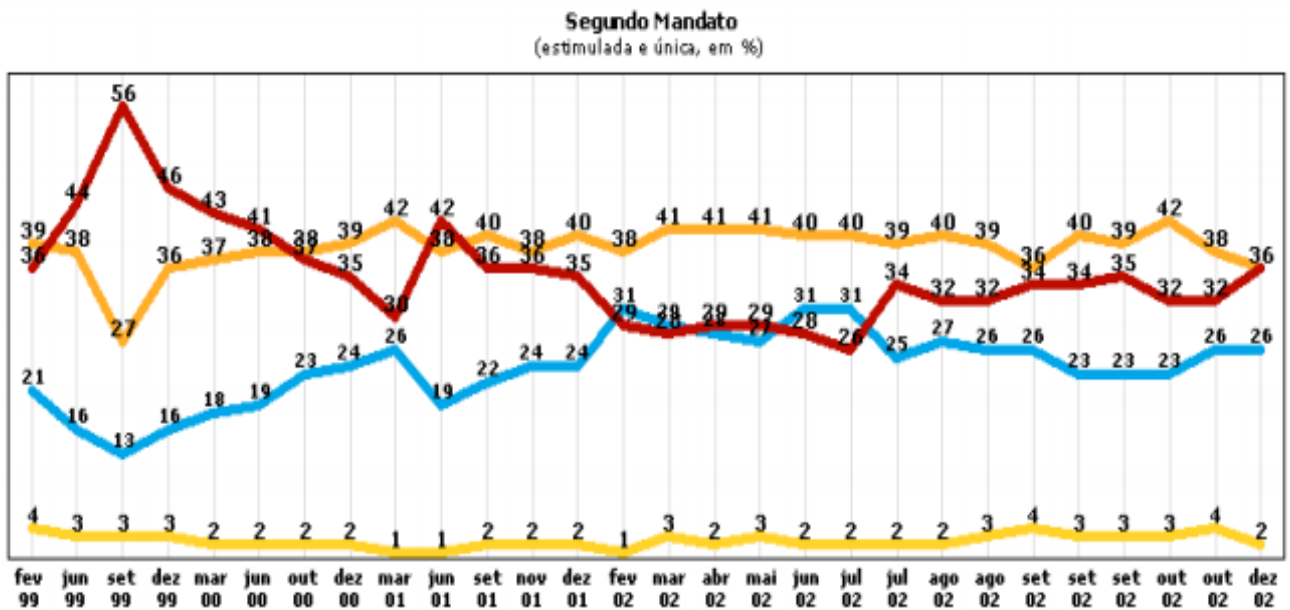
Segue na página seguinte o Gráfico I, que mostra a aprovação do governo FHC nos meses do ano de 1994 e a evolução mencionada por Carreirão (2004) no contexto do primeiro mandato tucano.

Figuras 8 e 9 – Gráficos – Evolução da avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso (1º e 2º mandatos).

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)



Fonte: Na sua opinião o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra



Fonte: CARREIRÃO (2004); Instituto de Pesquisa Datafolha.

Como menciona Carreirão (2004, p.180) “No 2º mandato, a taxa mínima de eleitores (em 24 medições) que avaliavam positivamente o governo foi 13% e a máxima foi 31%; a média cai para 24%”.

Conforme defendido por Carreirão(2004, p.180), a mudança foi brusca e não se deu de maneira gradual, na passagem de um mandato para o outro e que a conexão da queda na avaliação do governo FHC teve como principal motivação a desvalorização do Real – seu grande trunfo em 1994 – em janeiro de 1999, com o presidente afirmando em 1998 que não tinha possibilidade de desvalorização da moeda.

Outro fator importante para a avaliação negativa por maior parte do eleitorado, foi a manutenção das desigualdades sociais no país. O governo não atendeu a maioria das demandas sociais que a população mais pobre esperava, pelo contrário, com a alta do desemprego e a conseqüente renda baixa, a situação só piorou e isso pesou sem dúvidas na avaliação do governo. Todos esses fatores são aliados de uma fragilidade quase que inevitável de oito anos de desgaste governamental, sentida na pele pelo candidato José Serra no decorrer da campanha. Era uma missão inglória para o tucano, pois mesmo com uma parcela considerável de eleitores que avaliavam o governo como ótimo/bom ou até mesmo regular, não havia base para chegar a uma vitória sobre Lula, mesmo que essa parcela tenha levado o candidato do PSDB para um segundo turno onde se sabia desde o início que a eleição estava inclinada de vez para o petista.

Quando chegamos em uma análise dos dois principais candidatos, – consideramos Serra e Lula – Serra até tinha uma boa imagem junto ao eleitorado, era considerado um candidato honesto de boa índole, um bom gestor, um político atuante como deputado e um ministro igualmente competente nas pastas que comandou, um perfil sério, entre outros atributos. O que marcava negativamente Serra era primeiro, o fato de ser o candidato da situação, sem boa avaliação popular, em segundo, é pelo fato de ter pautado os seus programas de rádio e TV, apenas em segurança e emprego, justamente dois pilares frágeis da administração FHC, que ele próprio fez parte; por este motivo, a sua candidatura se tornou frágil e de fácil crítica por outros candidatos. Lógico que o fato de Serra não ser tão conhecido como político em boa parte do país, pesou na sua campanha, mas o fato de ser uma continuidade do governo FHC, sem popularidade, colocava em xeque qualquer candidatura da situação naquele contexto.

Ainda segundo Carreirão (2004, p.181-182), nos mostra que houveram muitas variações nas intenções de voto para presidente entre dezembro de 2001 e outubro de 2002. A primeira “onda” foi a de Roseana Sarney, filha de José Sarney, ex-Presidente da República entre 1985 e 1990.

Embalada pela forte exposição na televisão, a partir dos programas do seu partido, Roseana ficou nesse período em 2º lugar na disputa, chegando a ficar apenas 3% atrás de Lula na pesquisa Datafolha de 20 e 21 de fevereiro. Nessa pesquisa, na simulação de 2º turno, ela venceria Lula (por 51% a 39%). Roseana provavelmente teria dificuldades quando começasse o horário eleitoral, mas foi derrubada antes, em 1º de março, devido à apreensão, pela Polícia Federal, de um enorme montante de dinheiro em espécie na sede da empresa Lunus, de sua propriedade. (CARREIRÃO, 2004, p.182).

A segunda “onda”, como também cita Carreirão (2004, p.182), foi a “onda Ciro Gomes”; Ciro foi governador do Ceará, Ministro de Itamar Franco, além de Prefeito de Fortaleza, Deputado Estadual e Federal. Ciro usou sua namorada na época, a atriz Patrícia Pilar, como catapulta para sua campanha ganhar popularidade no país; o uso da popularidade da atriz da TV Globo, o impulsionou de 11% para 28% em meados de junho de 2002; Ciro cai nas pesquisas quando começa a Propaganda Eleitoral Gratuita em rádio e TV. Essas foram as duas “ondas” mais significativas, visto que apenas elas mudaram o cenário encabeçado por PT e PSDB.

É importante mostrar a tabela da evolução dos votos no período citado. Como Carreirão (2004), cita:

A Tabela 1 mostra a evolução das intenções de voto em uma terceira candidatura, além das de Lula e de Serra. Como se vê, até abril de 2001 a soma das intenções de voto em terceiros candidatos era superior às intenções de voto em Lula. Com a desistência de Roseana, as candidaturas que mais cresceram foram as de Serra e de Lula, até a metade de maio, quando este último ultrapassa a soma das intenções de voto nos terceiros candidatos). A partir do início de junho, com a grande exposição de Ciro na televisão, foi ele quem cresceu, enquanto todos os demais candidatos declinaram até o final de julho. Nesse momento, a soma das intenções de voto em Ciro e Garotinho ultrapassou as de Lula. Com a queda de Ciro, a partir da metade de agosto, os outros três candidatos cresceram, mas já ao final de agosto Lula ultrapassou a soma de Ciro e Garotinho e isso se manteve até o dia da eleição. (CARREIRÃO, 2004, p.182).

Segue a tabela na página seguinte:

Figura 10 – Tabela – Evolução das intenções de voto de uma terceira candidatura em 2002.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS INTENÇÕES DE VOTO DE UMA TERCEIRA CANDIDATURA/

Datas das pesquisas	Intenção de voto		
	SOMA 3ª CAND.	LULA	SERRA
12-14.dez.2001	45*	33*	7*
5.jan.2002	45*	30*	11*
20-21.fev.2002	48*	27*	12*
12.mar.2002	40*	26*	19*
9.abr.2002	38*	31*	19*
14.maio.2002	29	43	17
7.jun.2002	27	40	21
4-5.jul.2002	31	38	20
30.jul.2002	39	33	16
15-16.ago.2002	39	37	13
30.ago.2002	30	37	19
9.set.2002	29	40	21
19-20.set.2002	28	44	19
26-27.set.2002	26	45	19
2.out.2002	25	45	21
4-5.out.2002	28	45	19

FONTE: Instituto de Pesquisas Datafolha (2002).

NOTAS:

1. Consideram-se aqui como "3ª candidatura" apenas Roseana, Ciro e Garotinho.
2. * Os percentuais para o período de dezembro de 2001 a abril de 2002 são os publicados pelo jornal *Folha de São Paulo* em 6 de outubro de 2002, no cenário que incluía Roseana Sarney.

Fonte: CARREIRÃO (2004); Instituto de Pesquisas Datafolha

Mesmo que em parte da campanha e até antes da oficialização das candidaturas, sempre teve um espaço para uma terceira via, porém a força da candidatura de Lula no contexto da

época e a consequente disputa por hegemonia com o PSDB, impossibilitaram a entrada de uma nova força no processo eleitoral.

Também é importante ressaltar que votos advindos de Roseana foram para Lula e da mesma foram no descenso de Ciro. Segundo Carreirão (2004, p.183), Lula conseguiu neutralizar a sua rejeição em dois aspectos fundamentais: Por um lado, Lula era taxado de “radical”, juntamente com críticas ao seu plano e a característica de seu partido, o PT, e havia também um discurso difundido, que era o “despreparo” de Lula como gestor. Com a candidatura de José Alencar, já referida anteriormente, o PT buscou uma estratégia de moderação para angariar votos do eleitorado médio, aquele sem uma ideologia definida, que vota de forma mais conservadora e outros nichos da população que não alcançou nas outras três eleições que disputou. Um ponto muito importante ainda na mesma onda de moderação petista, temo a famosa “*Carta ao povo brasileiro*”, onde Lula assume um compromisso com a população por uma manutenção da inflação baixa e do crescimento da economia brasileira, do emprego e da renda. Como cita Carreirão (2004):

[..] contribuiu para reduzir o medo de certas camadas em relação ao “radicalismo” petista e de Lula. Pesquisa do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, ao final de 1997, mostrava que cerca de 10% do eleitorado brasileiro apontava esse “radicalismo” como razão para não votar em Lula (rejeição). Outros 10% diziam não votar em Lula por questões relacionadas ao seu “despreparo” para governar. Aqui, também, a ênfase dada na campanha de Lula à sua capacidade de negociação e liderança (nos âmbitos sindical e partidário) parece ter contribuído para reduzir aquelas resistências a Lula. É necessário, porém, admitir que esse trabalho de propaganda foi facilitado por aspectos políticos mais gerais. A grande insatisfação com a situação do país reforçava as possibilidades das candidaturas de oposição. Lula era o principal beneficiário potencial, já que tinha um nome e uma trajetória mais conhecidos pelo conjunto do eleitorado. Quando a campanha começou, o fato de os outros candidatos terem que disputar o segundo lugar, para então passarem ao 2º turno, permitiu a Lula manter uma “postura de estadista”, com uma campanha assertiva e com o estilo “paz e amor”, enquanto os demais brigavam entre si. (CARREIRÃO, 2004, p.184).

A mudança no discurso e a aproximação cada vez maior do líder máximo do Partido dos Trabalhadores com camadas da sociedade que outrora era inimaginável no ideário petista, foram bases fortíssimas para a primeira vitória de um candidato à esquerda no país. Vitória esta que pelos fatos e *surveys* já apresentados no presente artigo, mostram que não houve uma “guinada à esquerda” do eleitorado brasileiro. O perfil do eleitor mostrou-se ainda conservador em muitos aspectos, haja vista que Lula necessitou mudar bastante o seu discurso para atingir

um eleitorado que clamava por mudanças, mas que não votaria em um candidato de “extremos”, à esquerda, ainda mais difícil de acontecer. A vitória do PT, foi uma vitória para sua consolidação sobre o PSDB naquele momento, fato que constatamos em eleições posteriores, como de 2006 que vamos tratar na subseção seguinte, e nos processos sucessórios de 2010 e 2014, já sem Lula na disputa.

De acordo com Singer (2000), citado por Carreirão (2004, p.185), “Um dos fatores mais relevantes na decisão de voto nas eleições presidenciais de 1989 e 1994 foi a ‘identidade ideológica’ dos eleitores.” Os eleitores se posicionaram em um *survey*, dentro de uma escala “esquerda-direita”. Como cita Carreirão (2004):

Embora não tenhamos tido acesso a dados relativos a essa variável para o conjunto do país, é relevante mencionar aqui alguns dados relativos a uma *survey* aplicada em maio de 2002 na região da Grande São Paulo⁴. Duas ressalvas são necessárias: 1) evidentemente, as conclusões sobre a relação entre as variáveis voto e “identificação ideológica” não podem ser extrapoladas diretamente para o conjunto do eleitorado brasileiro; todavia, podem fornecer indicações para a análise; 2) a *survey* foi aplicada em maio, quase cinco meses antes do 1º turno, retratando, portanto, apenas o quadro eleitoral naquele momento, em que Enéas Carneiro (Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (PRONA)) ainda era considerado um potencial candidato. De toda forma, como a hipótese envolvida é a de um voto por uma identificação ideológica que seria duradoura, a relação entre as duas variáveis não se deveria modificar substancialmente pelo fato de os dados terem sido coletados meses antes da eleição.

A Tabela 2 mostra o cruzamento entre identificação ideológica do eleitor e seu voto: (CARREIRÃO, 2004, p.185).

Figura 11 – Tabela – Identidade ideológica (esquerda-direita) versus voto, na Grande São Paulo.

TABELA 2 – IDENTIDADE IDEOLÓGICA (POSICIONAMENTO ESQUERDA-DIREITA) VERSUS VOTO, NA GRANDE SÃO PAULO (EM %)

Candidato	Identidade ideológica (posicionamento E/D)				TOTAL
	Esquerda	Centro	Direita	NS/NR	
Lula	59	37	34	33	38
Ciro	5	12	10	7	9
Garotinho	13	17	16	18	16
Serra	9	18	27	14	18
Enéas	6	5	4	3	4
Br/nulo/NS	8	12	9	25	14
Total (N)	174	492	450	384	1 500
Total (%)	12	33	30	26	100

FONTE: Projeto *Partidos e representação política: o impacto dos partidos na estruturação da escolha eleitoral no Brasil*, coordenado pela Profª Maria D’Alva Kinzo (USP).

Fonte: CARREIRÃO (2004)

O PT sempre foi a oposição mais forte ao governo FHC, assim com era em 1989 ao governo Sarney. Esse fato elevou o PT a um patamar mais alto do que os demais partidos oposicionistas, em especial os de esquerda, e centro, portanto é uma vantagem considerável do PT para com os demais adversários, estes mesmos que se transformam em aliados no segundo turno de 2002. A candidatura de Lula na eleição de 2002, foi marcada por um discurso moderado, como já referido anteriormente nesta subseção, além do fato de o PT estar governando estados e municípios importantes com boa aprovação, o que dá uma boa sustentação de base para o partido perante o seu principal adversário, o PSDB. As resistências contra Lula foram aos poucos sendo eliminadas pelo eleitor naquele pleito, uma campanha que se solidificou como opositora ferrenha ao governo FHC e soube tirar vantagens importantes da impopularidade do então presidente, o que acabou refletindo negativamente na campanha situacionista de José Serra, esses fatores foram os determinantes na vitória histórica de Lula em 2002.

3.2 A ELEIÇÃO DE 2006

Sobre a eleição de 2006, em primeiro lugar, vamos tratar de uma votação recorde de um presidente eleito com 56 milhões de votos em um segundo turno de Lula (PT); pela primeira vez um candidato, o derrotado Geral Alckmin (PSDB), diminuiu sua votação em relação primeiro turno. Em segundo lugar, vamos ressaltar um governo com extrema popularidade, que atingiu índices de mais de 70%; isso tudo aliado a um contexto de escândalos de corrupção sendo descobertos e membros do governo diretamente envolvidos, como é o caso do “mensalão”. Um terceiro momento que é uma estabilidade econômica – que é uma das motivações da alta popularidade – com um poder de compra ampliado da população e índices de desempregos baixos. E por fim e central nesta subseção, o papel decisivo, não o único, das políticas públicas de distribuição de renda, em especial o Programa Bolsa Família, que será tratado com “PBF” a partir daqui por economia textual.

As mudanças na base eleitoral de apoio a Lula em 2006, principalmente em relação a 2002, são evidentes na sua reeleição. O que acontece com o voto do PT, conseqüentemente causa mudanças no voto aos seus adversários, principalmente o PSDB, seu principal oponente na busca pela presidência; o PT amplia a suas bases em 2006, a partir de uma decaída nas bases do PSDB a partir da derrota em 2002, motivadas também pela falta de competitividade dos

adversários petistas. O PT havia perdido três eleições consecutivas, uma para Fernando Collor e duas para Fernando Henrique Cardoso, sendo as derrotas para FHC, já em primeiro turno; contudo é evidente que o PT em 2002, como já mencionado na subseção anterior, teve de angariar votos em uma parcela de eleitores que nunca tinham votado em Lula nas outras três oportunidades. As bases mais tradicionais do petismo não seriam suficientes para levar Lula à presidência; o candidato petista teve a mesma proporção de votos de 2002, o que pode-se concluir que votos perdidos por ele para 2006, foram anulados por votos que ganhou em relação ao pleito anterior, ou seja, mais uma vez novas bases eleitorais sufragaram Lula em 2006 na sua reeleição com votação recorde. Segundo Limongi e Guarnieri (2015, p. 1), “Portanto, se houve mudança das bases sociais do PT, esta se deve ao duplo movimento de ganhos e retração em diferentes grupos”.

Entrando mais a fundo na questão da competição partidária versus influência de políticas redistributivas de renda, o maior peso explicativo para o sucesso do PT sobre o PSDB é a competição partidária, que inclui todo o entorno da estrutura da competição, alianças, candidatos que estão concorrendo, ausências de nomes importantes de eleições passadas – em 2006 temos o exemplo das ausências de Garotinho e Ciro Gomes – todas essas questões políticas influenciaram mais de uma forma geral no sucesso petista de 2006 que se postergou até as eleições de 2014. Sobre políticas como o PBF, Limongi e Guarnieri (2015) citam:

Os retornos eleitorais das políticas públicas adotadas pelo governo, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, também devem ser entendidos tomando por referência esse contexto. O sucesso eleitoral desse programa, assim como o de outros, depende da incapacidade dos competidores em conquistar esses eleitores com base em outros apelos. (LIMONGI; GUARNIERI, 2015, p. 2).

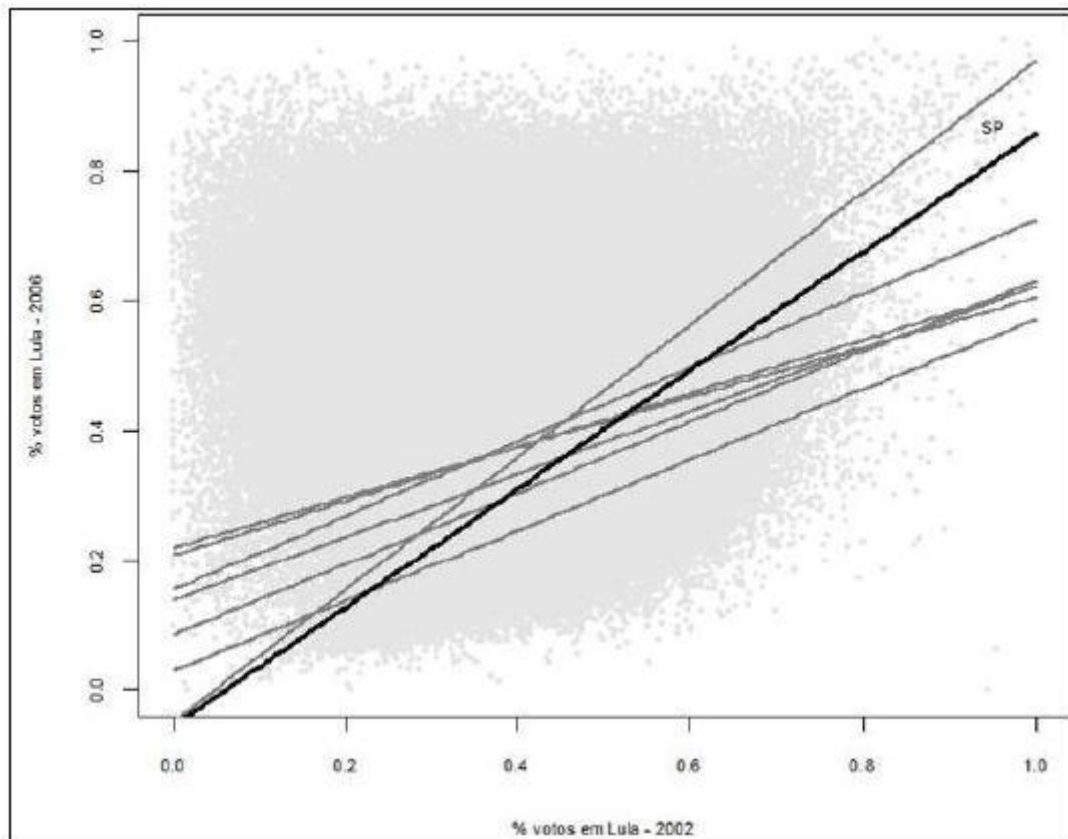
Portanto, os programas de redistribuição de renda como o PBF, não explicam na sua totalidade o sucesso do PT diante do PSDB e demais adversário, mas sim parte deste sucesso. Importante mencionar que o PSDB consegue recuperar bases importantes no Sul, Sudeste, mais especificamente MG e RJ, e no Centro-Oeste do país, como citam Limongi e Guarnieri (2015):

A votação do PT na maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste foi excepcional, bem acima da média do restante do país. O Bolsa Família explica parte desse desempenho, mas não tudo. Chamamos atenção para um aspecto óbvio e não observado no debate: a recuperação do PSDB entre 2002 e 2006. Do ponto de vista regional, essa recuperação é a imagem invertida do que se passa com o PT. O PSDB se recupera nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas não na

Nordeste. A distribuição regional do desempenho dos dois competidores diretos não se resume ao Bolsa Família ou a qualquer outra política. Na realidade, é preciso tomar o Programa Bolsa Família e as demais políticas sociais perseguidas pelo governo como uma faceta da competição por votos. (LIMONGI; GUARNIERI, 2015, p. 2).

Voltando para linha de recuperação do PSDB em estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, apresentamos o primeiro gráfico que mostra a proporção de votos de Lula em alguns estados destas regiões. como mostra o gráfico de Limongi e Guarnieri (2015):

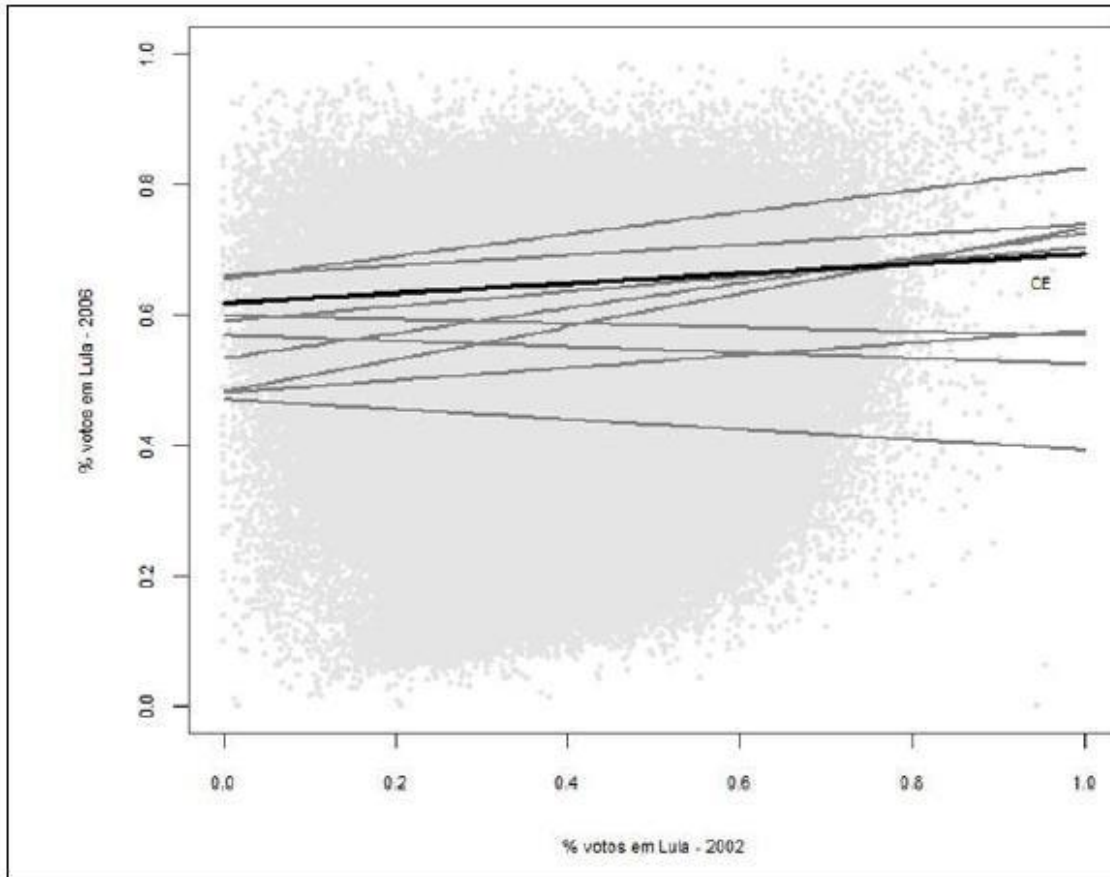
Figura 12 – Gráfico – A Proporção de votos de Lula no Sudeste (2002 – 2006).



Fonte: LIMONGI; GUARNIERI (2015)

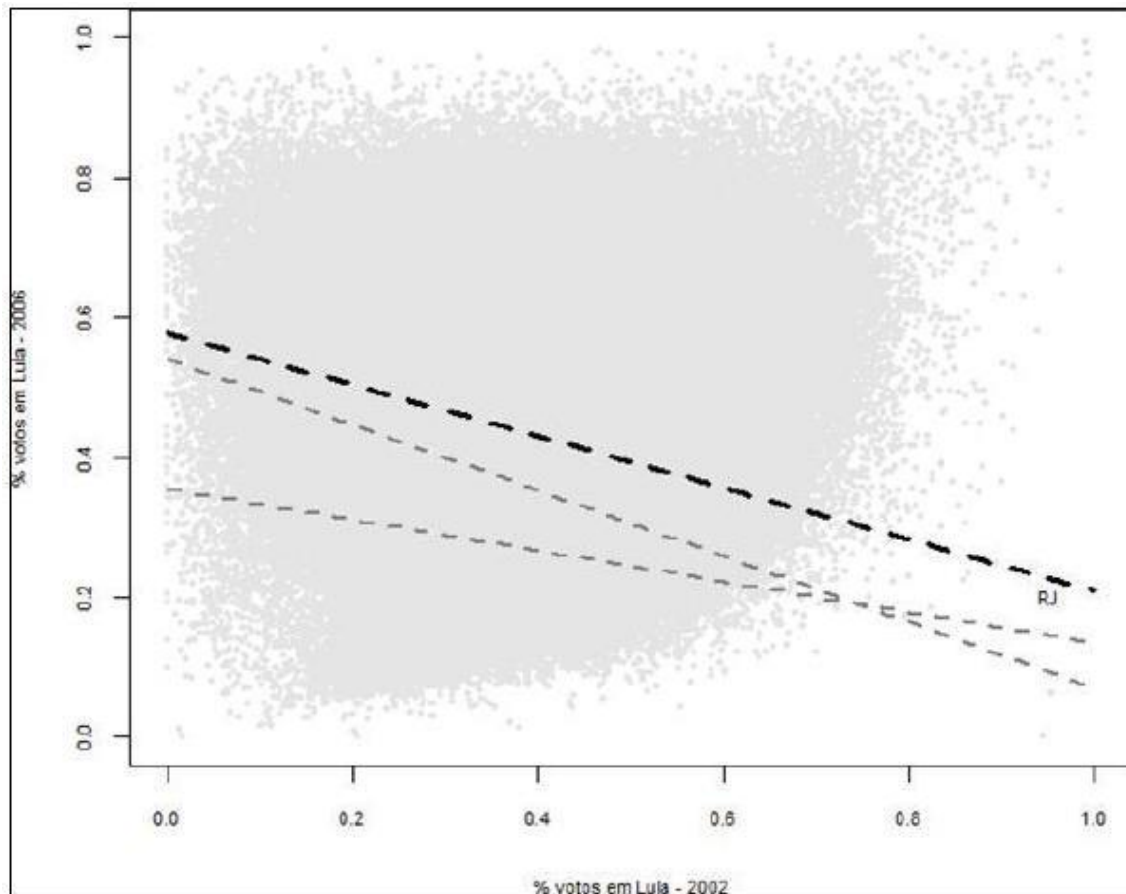
Já na realidade da Região Nordeste do país, Lula ganhou e praticamente não perdeu votos na proporção 2002-2006; como mostra o gráfico de Limongi e Guarnieri (2015):

Figura 13 – Gráfico – A proporção de votos de Lula no Nordeste (2002-2006).



Fonte: LIMONGI; GUARNIERI (2015)

Figura 14 – Gráfico – A proporção de votos de Lula nos estados: RJ, RR e AL (2002-2006).



Fonte: LIMONGI; GUARNIERI (2015)

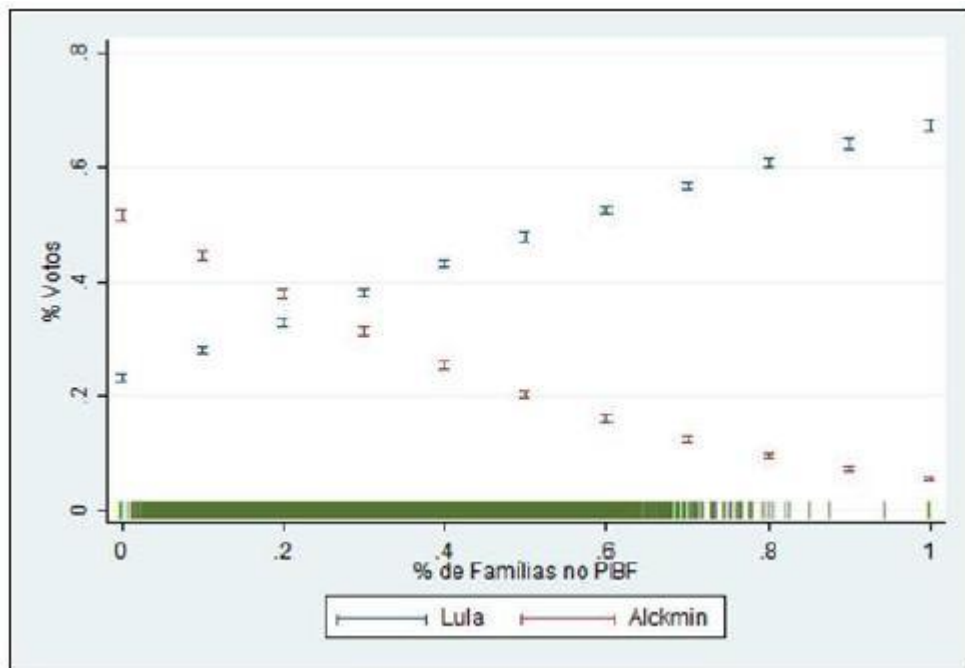
Com essa relação de proporção de votos em Lula 200-2006, podemos concluir que não houve uma relação negativa da votação de Lula em 2006. Um fenômeno interessante que se observa é a troca de bases, recuperação tucana em estados que em pleito anterior sufragaram Lula, como nos casos mais emblemáticos, o do RS e de estados do sudeste e Centro-Oeste. No Nordeste, o PT mostrou-se muito bem articulado com suas bases regionais e não perdeu terreno em 2006.

Para concluir a relação políticas redistributivas e a estrutura de competição, observamos muitos trabalhos que tratam da eleição de 2006 como um fenômeno de marketing de um programa social que deu certo na sua face eleitoral, que é o PBF; essa alusão ao PBF e o sucesso de Lula e do PT, se reproduziu no senso comum também com grande força, atribuindo como uma compra de votos velada e institucionalizada em forma de redistribuição de renda. Pois bem, como citado anteriormente, o PBF tem uma parcela importante na eleição sem dúvidas, mas a incapacidade e fragilidade dos concorrentes, principalmente do PSDB, em debater as ideias e planos petistas, é parte que pouco se analisa. Segundo Carrão (2007) citado por Limongi

e Guarnieri (2015), “Para alguns, o crescimento do voto petista entre os mais pobres se deveria fundamentalmente ao cenário econômico”. A importância do PBF não significa de modo algum que o eleitor, se caso não tivesse o benefício, votaria em Alckmin, por exemplo; assim como não votou em Serra quatro anos antes. Em uma eleição que pela primeira vez é exatamente bipartidária - salvo as ausências de candidatos que chegaram perto de PT e PSDB em 2002, como Garotinho e Ciro Gomes – não é claro que os votos seriam para o candidato tucano na ausência do PBF.

Vamos aos gráficos de Limongi e Guarnieri (2015) sobre a relação entre a votação de Lula e Alckmin em 2006 e as famílias beneficiárias do PBF:

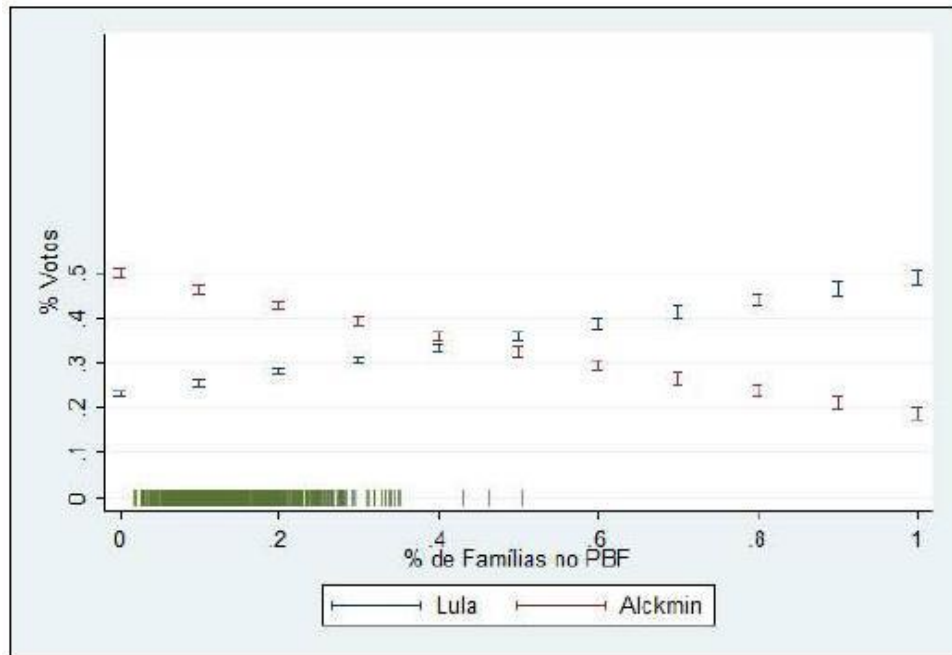
Figura 15 – Gráfico – A relação entre a votação de Lula e Alckmin em 2006 entre beneficiários do PBF.



Fonte: LIMONGI; GUARNIERI (2015)

Em uma base eleitoral forte do PSDB, a relação PBF e voto em Lula é mais acentuada e explicativa desse processo; vejamos então na página seguinte, o gráfico desta relação em São Paulo; proposto por Limongi e Guarnieri (2015):

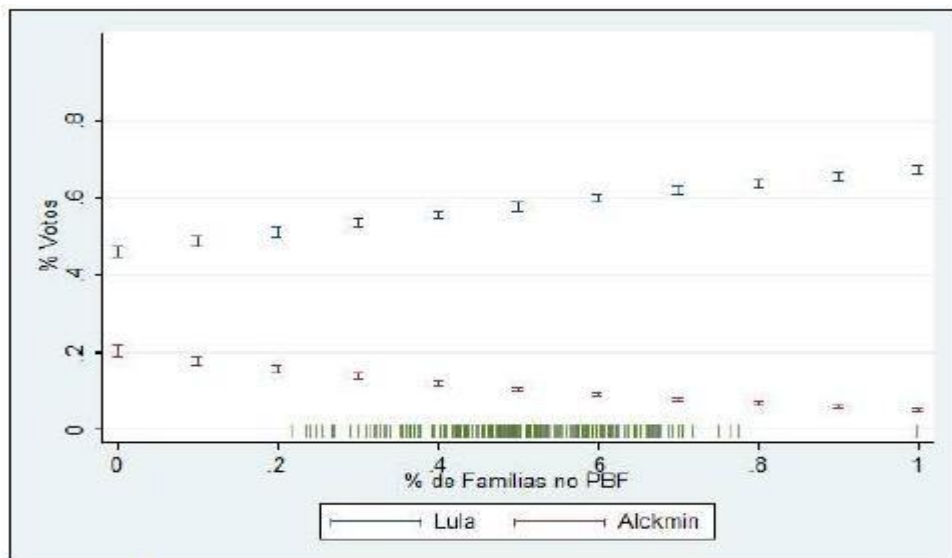
Figura 16 – Gráfico – A relação entre a votação de Lula e Alckmin em 2006 entre os beneficiários do PBF em SP.



Fonte: LIMONGI; GUARNIERI (2015)

Já em uma base eleitoral forte e consolidada do PT, o Maranhão, essa relação é independente, ou seja, a proporção de voto em Lula e o PBF, não tem relação direta no estado. Como mostra o gráfico de Limongi e Guarnieri (2015).

Figura 17 – Gráfico - A relação entre a votação de Lula e Alckmin em 2006 entre os beneficiários do PBF no estado do MA.



Fonte: LIMONGI; GUARNIERI (2015)

Chegando em um ponto tão importante quanto os já citados para o sucesso petista na eleição de 2006, falaremos sobre os escândalos de corrupção que assolaram o país no ano da eleição. O “mensalão” foi o mais conhecido esquema de corrupção do país, apelidado desta forma por ser uma espécie de mesada, ou pagamento mensal a deputados por parte do Executivo em troca de apoio no em votações no Congresso Nacional. Este esquema afetou nomes importantes do PT e postulantes à sucessão presidencial seguinte como o ex-Deputado e ex-Ministro José Dirceu, entre outros nomes importantes na linha de frente do governo e do PT na época.

A primeira análise que faremos aqui é de que os escândalos de corrupção envolvendo estes agentes do primeiro escalão do governo petista, influenciaram no voto do eleitor em 2006. Em segundo lugar, vamos tratar da identificação partidária em meio a estes escândalos todos; o voto fiel de ideologia, o voto retrospectivo, estes são escudos contra efeitos negativos das denúncias de corrupção. Um conceito importante para analisarmos é o de “contabilidade democrática” Przeworski (1999), citado por Rennó (2007), e na “contabilidade vertical” O’Donnell (1994), citado por Rennó (2007), em análise da democracia delegativa na América Latina, apontando que os eleitores dão uma espécie de carta branca para os seus representantes no período de seu mandato, ou seja, entre eleições, isso significa que os leitores não acompanham de perto as ações de seus candidatos durante o mandato, não há uma cultura de acompanhamento de todo o processo por parte de quem elege os representantes na América Latina. O eleitor busca portanto, saber das ações de seus representantes somente no período eleitoral; esse fato é ainda mais evidente nas eleições gerais, presidente, governador, deputados estaduais e federais e para senador, diferente um pouco do que acontece em eleições municipais onde o eleitor consegue acompanhar melhor e fiscalizar o que o seu representante faz, por exemplo na relação com o seu vereador, que é o cargo eletivo mais próximo da população e se reflete de forma mais veemente em cidades pequenas. Como nos mostra Rennó (2007), “No caso da democracia delegativa, a possibilidade de "contabilidade vertical", de prestação de contas entre eleitor e eleito, estaria prejudicada em grande parte da América Latina”. Ainda na mesma linha, Rennó (2007) faz o questionamento, “a democracia delegativa diz respeito, portanto, à ausência de contabilidade democrática vertical e horizontal. Isso ocorreu nas eleições brasileiras de 2006?”. E ainda questiona a possibilidade de um candidato à reeleição, mesmo envolto de inúmeros casos de denúncia de corrupção em seu governo, vence o pleito Rennó (2006), citado por Rennó (2007), seria um sinal de falta de contabilidade vertical?

A partir de Przeworski et al (1999) e O'Donnell (1994), citado por Rennó (2007):

[...]fica claro que o componente retrospectivo é muito importante para a "contabilidade vertical" e, para entendermos como os eleitores controlam e julgam seus representantes, precisamos saber quais critérios empregam na hora do voto. A pergunta, então, é qual foi a influência de elementos retrospectivos no voto para presidente em 2006?

Com isso, podemos verificar se as percepções dos eleitores em 2006, influenciaram na decisão do voto. Podemos questionar também, se a economia do país influencia mais na decisão do eleitor para o voto; questões pessoais de situação econômica na família e em seu meio de trabalho e convívio social.

Rennó (2007), nos esclarece a ênfase do voto retrospectivo econômico, citando:

No voto retrospectivo econômico, a ênfase está na eficiência da administração no gerenciamento da economia. Mas, ética e honestidade no exercício do mandato também podem ser um critério importante, passando a ser mais um componente do cálculo eleitoral retrospectivo. Escândalos com alegações de corrupção sucessivos podem macular estas dimensões da avaliação retrospectiva. No caso, ganham um caráter sistemático da avaliação do desempenho dos representantes eleitos, e não apenas algo circunstancial da campanha eleitoral. (p. 4).

Mesmo falamos em voto retrospectivo, existe uma multiplicidade de fatores neste voto, como já mencionado; o retrospectivo sobre a corrupção e retrospectivo sobre a avaliação da economia e situação econômica dos eleitores. O voto retrospectivo é multidimensional, portanto; não se limita apenas à avaliação moral do candidato por parte dos eleitores, como cita Rennó (2007), “A multidimensionalidade do voto retrospectivo é algo ainda pouco explorado na literatura sobre comportamento eleitoral.”

Na questão de cálculos eleitorais múltiplos, citado por Rennó (2007), o voto retrospectivo não seria a única forma de cálculo eleitoral existente. Susan Stokes (2001), citada por Rennó (2007), “Aponta outras formas de escolha. Os eleitores podem utilizar, além do voto retrospectivo, componentes mais prospectivos [...]no qual custos e dificuldades econômicas são aceitas no curto prazo para que haja bonança no futuro.”

Portanto a questão da estabilização da economia, apenas, não seria o suficiente para a reeleição de um candidato; irresponsabilidades econômicas, por exemplo, podem vir á tona com um cenário desses.

Falando sobre mais uma forma de voto prospectivo, podemos citar o voto ideológico, como nos mostra Rennó (2007):

Há também o voto ideológico, que se baseia nas preferências de longo prazo do eleitor e sua vinculação a partidos políticos. Os eleitores apoiam candidatos de seus partidos ou próximos ideologicamente, independente do desempenho desses candidatos no exercício do mandato. Em um caso extremo, avaliações sobre o estado da economia e sobre o desempenho dos políticos no poder podem não ter qualquer influência sobre o voto. As questões ideológica e partidária podem atenuar o impacto de elementos circunstanciais ou de avaliações do desempenho dos políticos. (p. 5).

Rennó (2007) cita ainda que “Na literatura, o voto ideológico ou partidário é entendido como uma explicação de longo prazo para o voto, em oposição a fatores de curto prazo, mais relacionados com eventos da campanha”. O voto ideológico, portanto, pode ser entendido também como um voto “frágil”, ou seja, um voto que muitas vezes é pautado por escolhas emocionais por um ideal de longo prazo, família, amigos, etc. Nesse sentido o voto por ideologia pode mascarar problemas graves que o eleitor passional dificilmente enxerga, como por exemplo casos de denúncia e comprovação de corrupção de candidatos de seu partido de preferência. Com base nesta discussão, Rennó (2007), conclui:

[...]fica claro que há uma multiplicidade de fatores que podem influenciar o voto: os votos retrospectivo, ideológico e partidário; e há, ainda, o impacto de fenômenos circunstanciais. A avaliação da economia não é a única forma de análise retrospectiva do desempenho do governo, há outras dimensões da atuação de políticos no cargo que podem e são empregadas pelo eleitor no momento da decisão do voto. Resta ver como esses fatores influenciaram as escolhas eleitorais no Brasil. (p. 6).

No caso brasileiro da ambivalência entre cálculos múltiplos, Singer (1999), Carreirão e Barbeta (2004), Carreirão e Kinzo (2004), Carreirão (2007) e Nicolau (2007), citados por Rennó (2007), diz que “Há autores que encontram alguma relevância do peso partidário na decisão de voto no Brasil, principalmente no caso do PT, e quando se inclui na equação não apenas identificação, mas também rejeição partidária.” Nesta linha é importante destacar o que Rennó (2007) nos traz para esta discussão:

Não obstante, é importante modelar o impacto da identificação partidária junto ao eleitorado. É plenamente razoável supor que a identificação partidária e a preferência ideológica podem atenuar o impacto da corrupção quando se tratar da escolha entre candidatos de partidos políticos distantes no espectro

ideológico. Em outras palavras, quando a diferença ideológica e partidária é grande, valores circunstanciais ou retrospectivos terão menor força. (p. 7).

Para analisar a decisão do voto, Rennó (2007), utilizou dados do ESEB 2002 e 2006.

Para a análise da escolha eleitoral no primeiro e no segundo turnos das eleições de 2006 foi utilizado um modelo de regressão multivariada com uma função de ligação multinominal, a fim de contemplar o caráter nominal e de múltiplas categorias das variáveis dependentes (NICOLAU, 2007). Como o vencedor no episódio eleitoral foi o candidato do PT, Lula, sua categoria serviu de referência para comparar o impacto das variáveis nas escolhas eleitorais. Nessa forma de estimação, as demais alternativas de escolha são contrastadas com a categoria de referência simultaneamente, usando o mesmo modelo. Portanto, contrastamos o voto declarado em Lula frente a todas as demais opções. Como o voto declarado em Lula é a categoria de referência, valores negativos nos coeficientes de uma variável indicam aumento da probabilidade de voto em Lula. Valores positivos indicam aumento da probabilidade de voto em cada um dos demais candidatos. A Tabela 1 apresenta os resultados para o primeiro turno das eleições de 2006. (RENNÓ, 2007, p. 10).

Figura 18 – Tabela – Regressão Logística Multinomial para a Escolha Eleitoral (1º turno-2006).

Tabela 1: Regressão Logística Multinomial para Escolha Eleitoral no Primeiro Turno das Eleições de 2006, Brasil.

	Lula – Alckmin	Lula – Heloísa Helena	Lula – Cristóvam	Lula – Não-voto
Corrupção	-0.111 (0.75)	0.356 (1.47)	0.735 (1.93)**	0.439 (0.98)
Economia	0.366 (2.46)**	-0.087 (0.37)	0.250 (0.59)	-0.097 (0.21)
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	-2.516 (9.82)***	-1.964 (4.95)***	-1.676 (2.50)**	-2.522 (4.87)***
Informação Generalizada	0.290 (2.13)**	0.006 (0.03)	0.253 (0.44)	-0.401 (1.58)*
Rejeição ao PT	1.849 (7.86)***	1.349 (3.27)***	0.966 (1.57)*	3.231 (4.57)***
Simpatia ao PT	-2.192 (3.59)***	-0.448 (0.85)	-37.775 (76.22)***	0.230 (0.21)
Esquerda	0.043 (0.17)	0.573 (1.55)	0.520 (0.81)	0.206 (0.41)
Sexo	0.460 (1.97)**	0.466 (1.29)	0.082 (0.13)	0.347 (0.69)
Idade	0.008 (0.92)	0.024 (2.42)**	0.040 (1.29)	0.007 (0.36)
Grau de Instrução	0.247 (4.02)***	0.259 (3.29)***	0.591 (2.91)***	0.161 (1.30)
Constante	-2.784 (3.75)***	-4.659 (4.38)***	-9.095 (3.94)***	-4.557 (2.26)**
Observações	833	833	833	833

Estadísticas z Robustas em parênteses
* significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%
Fonte: ESEB, 2006.

Fonte: RENNÓ (2007)

Avaliar positivamente o governo Lula foi decisivo para votar no candidato à reeleição. É válido destacar que os dados apontam uma favorável avaliação do governo Lula para 75% dos entrevistados. De acordo com Rennó (2007), “Dessa forma, não é possível entender a escolha em Lula sem levar em conta a avaliação retrospectiva geral de seu governo.” Podemos

afirmar, portanto, que ‘não votar’ é entendido como uma má avaliação do mandato de Lula, e não uma clara rejeição a Lula ou ao PT.

Figura 19 – Tabela - Regressão Logística Multinomial para a Escolha Eleitoral (2º turno-2006).

Tabela 2: Regressão Logística Multinomial para Escolha Eleitoral no Segundo Turno das Eleições de 2006, Brasil.

	(1)	(2)
	Lula - Alckmin	Lula – Não Voto
Corrupção	-0.244 (1.71) *	0.015 (0.08)
Economia	0.418 (2.82)**	0.307 (1.56)
Avaliação Retrospectiva Governo Lula	-2.605 (10.43)**	-1.468 (4.83)**
Informação Generalizada	0.254 (1.96)	-0.181 (1.14)
Rejeição ao PT	1.817 (8.12)**	1.577 (5.32)**
Simpatia ao PT	-2.001 (3.91)**	-1.007 (1.96)
Esquerda	-0.179 (0.73)	-0.020 (0.07)
Sexo	0.340 (1.51)	0.160 (0.59)
Idade	-0.002 (0.20)	-0.021 (1.79)
Grau de Instrução	0.215 (3.72)**	-0.030 (0.42)
Constante	-1.716 (2.33)*	-0.635 (0.73)
Observações	855	855

Estadísticas z Robustas em parênteses
 * significativo a 10%; ** significativo a 5%; *** significativo a 1%
 Fonte: ESEB, 2006.

Fonte: RENNÓ (2007)

Sobre a percepção dos eleitores em relação à corrupção como decisiva na escolha do voto, o efeito que se viu foi o contrário daquilo que parecia lógico. Até aqueles que levaram em consideração a corrupção como fator principal na decisão do voto, preferiram votar em Lula do que em Alckmin; como nos mostra Rennó (2007), citando:

Os dados mostram que percepções sobre corrupção foram significativas no segundo turno, mas na direção contrária à esperada: eleitores que identificaram a corrupção como um problema nacional tenderam a votar mais em Lula. Ou seja, o efeito que já era favorável a Lula no primeiro turno, mas não era estatisticamente significativo, no segundo turno passou a sê-lo. Os demais efeitos permaneceram constantes. Por que até aqueles com visões

sobre a corrupção como problema principal preferiram Lula sobre Alckmin no segundo turno? (RENNÓ, 2007, p. 13-14).

Fato é que no segundo turno da eleição, 56% dos eleitores de Heloísa Helena (PSOL), transferiram o voto para Lula e 11% dos eleitores de Cristovam (PDT), transferiram o voto para Lula; além disso, 7% dos eleitores do próprio Alckmin, transferiram o seu voto para Lula em segundo turno. Esse processo ajudou na diminuição de votos de Alckmin do primeiro para o segundo turno, fato inédito em uma eleição até aquele momento. Rennó (2007), cita:

Dentre os eleitores de Heloísa Helena no primeiro turno que votaram em Lula no segundo turno, 68% indicaram a corrupção como problema. Já os de Cristóvam que pensavam que a corrupção era um problema migraram, na sua maioria esmagadora, para Alckmin. Contudo, o número absoluto desses casos foi menor do que o de Heloísa Helena. Se somarmos a isso os eleitores de Alckmin que mudaram de voto no segundo turno fica mais fácil entender o efeito positivo das visões sobre corrupção no voto em Lula no segundo turno. (RENNÓ, 2007, p. 14).

4 CONCLUSÃO

A análise feita no presente artigo, sobre as mudanças do sistema partidário brasileiro até a contemporaneidade com as eleições já multipartidárias, formação de coalizões governamentais para além das coligações feitas pelos múltiplos partidos existentes, nos trouxe para um cenário político que polarizou a disputa entre dois partidos criados na década de 1980, pós-redemocratização do sistema político, depois de mais de vinte anos de ditadura militar e bipartidarismo. Podemos mencionar também o protagonismo – mesmo não tendo sido eleito presidente diretamente – do PMDB, antigo MDB, que até o ano presente, já ocupou a presidência com três representantes que eram vice em suas chapas, Sarney, Itamar e Temer (atual presidente desde 2016). Único partido que de certa forma soube lidar com o bipartidarismo da ditadura e fazer uma oposição conveniente à ARENA, consolidando-se como o maior partido do país até hoje, em número de prefeitos, deputados e filiados. É inevitável a aliança política com o PMDB (novamente MDB em 2018), seja na coligação, seja na coalizão para governabilidade de um presidente. Os dois partidos que ditam o ritmo da disputa pelo Planalto desde 1994, PT e PSDB, já foram aliados ao MDB. O PSDB coligado no seu segundo mandato com FHC e em 2002 com Serra e o PT de 2006 até a eleição de 2014, sendo 2010 e 2014 como vice.

Não poderíamos deixar de mencionar a importância do MDB mesmo em uma análise que se direciona para a polarização PT-PSDB, polarização que ocorre desde 1994 na eleição que sagrou FHC como Presidente em uma disputa em que Lula, já candidato em 1989, despontava como favorito ao cargo. Lula como principal nome do PT desde a sua fundação, sempre despontava com grande expectativa e um certo receio dos eleitores que desconheciam a forma do PT de governar e atuar como agente do poder executivo do país. O PSDB tinha em FHC um nome muito forte depois de ter sido Ministro de Itamar e ficar conhecido como o ‘pai’ do Plano Real que estabilizou a economia. A disputa entre os dois partidos no período analisado 1994 a 2006, se deu em torno da economia, principalmente em 1994 e 1998, o PT como opositor ferrenho às políticas do governo FHC em todas as suas diretrizes. Já em 2002, a baixa popularidade do FHC e suas políticas econômicas já não tão eficientes e com rejeição enorme da população; o PT ainda como um grande opositor e Lula já dialogando com outras camadas da sociedade e em diferentes regiões do país, convidando para ser seu vice um empresário têxtil de família muito tradicional de Minas Gerais, José Alencar (Partido Liberal na época); um candidato para a sucessão herdando do governo FHC a baixa popularidade, muito em função de ter ocupado duas pastas nos governos de FHC, José Serra não conseguiu se desvencilhar de problemas agravados no segundo mandato tucano. Já em 2006 tivemos uma consolidação mais acentuada da polarização e ao mesmo tempo em que o primeiro mandato de Lula tinha sido satisfatório para uma tranquila reeleição, o PSDB perdia espaço até em nichos eleitorais em que era forte, conseguindo se recuperar em outras regiões como no sul, mas bateu de frente com um governo Lula muito bem avaliado, perto de 70% de aprovação, mesmo com escândalos de corrupção assolando o governo, fatos que vimos na última subseção, não influenciaram na decisão do voto para reeleger Lula quase em primeiro turno e no segundo turno, aumentando sua margem para o seu opositor principal, Geraldo Alckmin, o pior desempenho tucano até hoje nas eleições presidenciais.

As campanhas de PT e PSDB, sempre foram voltadas para ataques simultâneos entre os dois partidos; fato que se acentuou em 1994. A ideia de cada um dos partidos era a de se afastar o máximo possível, ao menos visualmente, das práticas políticas do seu opositor. Assim o PT o fez em 1994, indo contra o Plano Real tucano e outras política econômica em questão na época; assim como o PSDB buscou o fator distribuição de renda e políticas públicas que o governo Lula implantou em de seu primeiro mandato até o segundo, como o Programa Bolsa Família (PBF), cuja sua base foi tucano, mas feita em outros moldes. Aliado a isso, o PSDB

procurou atacar o PT com as acusações de corrupção vividas no governo Lula, com Ministros próximos ao presidente, como José Dirceu, entre outros correligionários do PT. Como já mencionamos, em 2006 a questão da corrupção foi central na disputa, mas não determinou a decisão do voto, em outras palavras, a corrupção não foi ligada diretamente ao PT e ao Presidente, como era pautado e discutido durante os horários eleitorais gratuitos e debates em rádio e TV. O efeito foi contrário do que o esperado, como mostraram as análises quantitativas e qualitativas sobre o pleito. Os eleitores que consideravam a corrupção como central na decisão do voto, votou em Lula em sua maioria.

Concluimos que a disputa entre os dois partidos se pauta muito mais no âmbito ideológico do que econômico ou até mesmo de moral e ética. O voto ideológico do PT é mais forte do que o PSDB, sua base eleitoral é mais sólida e isso acaba criando um ‘escudo’ contra acusações sobre atos ilícitos e corrupção. Nas eleições analisadas de 1994 a 2006, essas foram as pautas centrais nos anos de eleição e nas campanhas propriamente ditas. A falta de candidatos fortes e que pudessem combater essa hegemonia PT-PSDB, também é fator determinante para essa polarização. Nos votos do eleitorado médio, ou seja, aquele eleitorado que não tem seu voto pautado por ideologia ou partidarismo, a economia é central para a escolha. Se o poder de compra aumenta, estabilização econômica com inflação controlada, etc. o governo vai estar bem avaliado e dificilmente o eleitor muda seu voto por outros fatores; o que dá margem para uma disputada polarizada mesmo com grandes coligações dos dois lados, o eleitor tem por cultura no país, personificar o voto; votar na figura que está encabeçando, ou no partido que tem seu representante como principal concorrente.

Fato é que não parece haver dúvidas da consolidação desses dois partidos entre este período analisado, PT e PSDB formaram grandes quadros políticos no período pós-redemocratização no Brasil, adquiriram vitórias em arenas políticas importantes para serem protagonistas em um sistema político multipartidário e multifacetado como o sistema político brasileiro. Como podemos observar em Hall e Taylor (2003), a partir da conformação da escola “neo-institucionalista”, com mais ênfase na “institucionalista da escolha racional” as instituições partidárias são vistas como sistemas de regras e procedimentos onde os indivíduos pertencentes ao sistema, fazem parte da regra do jogo político-institucional, tomam decisões baseadas em cálculos estratégicos a respeito de suas conveniências, definem bem suas preferências e tentam maximizar seus interesses múltiplos, ou seja haveria um acordo entre as partes para a criação das instituições e tomadas de decisão em diversas arenas decisórias.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. de. **Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A eleição presidencial de 2002: Uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais**. *Revista de Sociologia Política*., Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

HALL, Peter A. and TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do neo-institucionalismo**. *Lua Nova* [online]. 2003, n.58, pp.193-223.

LIMA, V. A. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso Brasileiro**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

LAMOUNIER, B. **Partidos e Utopias: O Brasil no Limiar dos Anos 90**. Edições Loyola, São Paulo, 1989.

LIMONGI, F. GUARNIERI, F. **Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil**. *Opin. Publica* vol.21 no.1 Campinas Apr. 2015.

LIMONGI, F. **Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. *Novos Estudos*, n. 76, nov 2006.

MENDES, A. M. T.; VENTURI, G. **Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. II, nº2, dezembro, 1994, p. 59-72.

RENNÓ, Lucio. (2007), **Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006**, *Opinião Pública*, 13 (2): 260-282.

SALLUM JR., Brasílio. **O Brasil Sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social; Ver. Social. USP, S.Paulo, 11(2): 23-47, out 1999 (editado em fev. 2000).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. Pref. De Victor Nunes Leal, Alfa-Omega, São Paulo, vol. 3, 1983.